

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO
BACHARELADO EM CIÊNCIAS DO ESTADO

Ana Luiza Reis Silva

**PARTIDO DOS TRABALHADORES E
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA:**
Tensões e proposições da luta socioambiental na perspectiva ecossocialista

BELO HORIZONTE

2024

Ana Luiza Reis Silva

**PARTIDO DOS TRABALHADORES E
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA:**

Tensões e proposições da luta socioambiental na perspectiva ecossocialista

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Ciências do
Estado da Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial para o grau
de bacharela em Ciências do Estado.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Seferian
Scheffer Machado

Belo Horizonte

2024

*Povoada
Quem falou que eu ando só?
Tenho em mim mais de muitos
Sou uma, mas não sou só*

Sued Nunes

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Oxumaré. Seu poder transformador foi o que me deu forças para persistir no desenvolvimento do trabalho e, assim, poder encerrar um grande ciclo na minha vida, abrindo caminhos para outros que virão. Arroboboi, Oxumaré! Agradeço também a Deus, à Espiritualidade e todos os meus guias, que me mostraram que não estou só na minha caminhada, e que posso contar com o seu socorro e alento nos momentos de aflição.

Gratidão aos meus amigos da escola: Ana Beatriz Habaeb, Ana Carolina Gripp, André Miguel Abdo, Carolina Ramalho, Clara Gonçalves e Lucas Almeida. Sem vocês, trilhar os caminhos que me levaram à Universidade Federal de Minas Gerais teria sido infinitamente mais difícil. Sou muito grata por todo o suporte e todos os momentos que compartilhamos na infância e na adolescência, e sou grata, principalmente, por poder continuar crescendo ao lado de vocês na adultez, ainda que com os empecilhos que essa fase da vida proporciona.

Agradeço aos amigos que fiz no início do curso de Ciências do Estado que demonstraram a força de seu companheirismo nos diversos desafios que enfrentamos. Isso é algo extremamente raro num espaço de disputas de poder e sou muito grata por termos chegado até aqui juntos: Davi Santos, Lara Narde, Laura Brandão e Pedro Pires. Sou grata também à Larissa Castro e Lucas Chelala, presentes inesperados e muito felizes nessa caminhada, e ao meu grande padrinho Rojú Soares.

Agradeço imensamente a Pedro Henrique Silveira Maia por ter sido um ombro amigo, por ter me arrancado sorrisos mesmo em momentos de tristeza e nunca ter deixado de acreditar no meu potencial.

Gratidão ao Professor Gustavo Seferian, uma referência e inspiração desde o primeiro momento de contato no Projeto de Extensão Motriz. Seferian foi responsável por articular espaços muito importantes de vivência política na minha vida, o processo de construção desses espaços vai para sempre impactar a minha perspectiva do mundo: crítica e centrada na visão dos oprimidos e oprimidas. Também nesta oportunidade, agradeço a Universidade Federal de Minas Gerais e ao tripé do Ensino,

da Pesquisa e da Extensão, que marcaram toda a minha trajetória acadêmica e só foram possíveis graças ao ensino público, ainda que sucateado.

Agradeço, por fim, àqueles que possibilitaram o começo de tudo: Alírio Gonçalves Silva e Cassilene Lopes dos Reis. Meu pai e minha mãe desde muito jovens batalharam duro para que eu pudesse viver uma realidade melhor, o que me levou a ser a primeira pessoa da minha família a ingressar em uma Universidade Pública. Entregar o meu Trabalho de Conclusão de Curso é uma vitória coletiva, cujas grandes batalhas foram travadas inicialmente por eles. Mãe, Pai, sou muito grata por tudo que vocês fizeram pela nossa família e sou muito feliz por terem colocado ao mundo Rafael Reis Silva, meu irmãozinho querido a quem também demonstro minha imensa gratidão! Saibam que me enche de alegria que estejamos todos colhendo os frutos de tudo que foi plantado. Enfim, nada como um dia após o outro.

RESUMO

Este trabalho analisa, sob a perspectiva ecossocialista, as relações entre partidos políticos e movimentos sociais no Brasil, com ênfase na interação entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Utilizando o método marxiano de análise da realidade, a pesquisa busca compreender o controle social exercido pela classe dominante por meio do consenso e da coerção, destacando o papel do partido político, enquanto parte do Estado, como ferramenta de manutenção do pensamento hegemônico burguês. São examinadas as tensões e proposições na relação entre MST e PT no âmbito da luta socioambiental, questionando se a participação institucional comprometeu a identidade e a autonomia dos agentes sociais. A pesquisa é guiada por quatro questões centrais: (i) como o MST e o PT se impactaram em termos de estratégias de articulação e leitura de conjuntura; (ii) se o diálogo entre militantes da luta socioambiental e o PT resultou em avanços concretos, na perspectiva ecossocialista; (iii) se o PT cedeu à pressão hegemônica, relativizando pautas socioambientais para obter maior apoio eleitoral; e (iv) como a relação entre partidos políticos e movimentos pode acontecer sem que os agentes percam sua identidade. Historicamente, a relação entre o MST e o PT evoluiu de um alinhamento programático para uma complexidade crescente, com o MST mantendo uma crítica ao capitalismo e à propriedade privada, enquanto o PT se inclinou para o desenvolvimentismo e a conciliação de classes. No campo socioambiental, o MST adotou a agroecologia como estratégia para um novo modelo de produção agrícola, enquanto o PT se alinhou a narrativas de sustentabilidade que não desafiam o sistema capitalista e tampouco compreendem suas contradições. O trabalho conclui que a relação entre partidos e movimentos sociais sob hegemonia burguesa exige uma crítica constante e uma construção democrática fundamentada na base, para evitar a perda de identidade e a cooptação pelas estruturas de poder. O debate socioambiental deve ser central na agenda política, reconhecendo a conexão entre a crise ecológica e a luta contra o capitalismo, com o objetivo de promover uma transformação social radical.

Palavras-chave: MST; PT; ecossocialismo; luta socioambiental; hegemonia; movimentos sociais; partidos políticos;

ABSTRACT

This work analyzes, from an ecosocialist perspective, the relationships between political parties and social movements in Brazil, with a focus on the interaction between the Workers' Party (PT) and the Landless Workers' Movement (MST). Using the Marxian method of social reality analysis, the research seeks to understand the social control exerted by the dominant class through consensus and coercion, highlighting the role of the political party, as part of the State, as a tool for maintaining bourgeois hegemonic thought. It examines the tensions and propositions in the relationship between MST and PT in the context of the socio-environmental struggle, questioning whether institutional participation compromised the identity and autonomy of social agents. The research is guided by four central questions: (i) how MST and PT impacted each other in terms of strategies for articulation and reading of the conjuncture; (ii) whether the dialogue between socio-environmental activists and PT resulted in concrete advancements from an ecosocialist perspective; (iii) whether PT yielded to hegemonic pressure by relativizing socio-environmental issues to gain more electoral support; and (iv) how the relationship between political parties and movements can occur without agents losing their identity. Historically, the relationship between MST and PT evolved from a programmatic alignment to increasing complexity, with MST maintaining criticism of capitalism and private property, while PT leaned towards developmentalism and class conciliation. In the socio-environmental field, MST adopted agroecology as a strategy for a new agricultural production model, while PT aligned with sustainability narratives that do not challenge the prevailing capitalist system and do not comprehend its contradictions. The work concludes that the relationship between parties and social movements under bourgeois hegemony requires constant critique and a grassroots democratic construction to avoid loss of identity and co-optation by power structures. The socio-environmental debate should be central to the political agenda, recognizing the connection between the ecological crisis and the fight against capitalism, with the aim of promoting radical social transformation.

Keywords: MST; PT; eco-socialism; socio-environmental struggle; hegemony; social movements; political parties;

SUMÁRIO

1. Introdução.....	8
2. Por que uma perspectiva ecossocialista?	13
3. Partidos políticos e movimentos sociais: um levantamento do contexto brasileiro	17
3.1 Redemocratização e reestruturação partidária	17
3.2 A institucionalização da participação social	19
3.3 O partido político enquanto estrutura hegemônica	21
4. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	25
4.1. Da questão agrária e do surgimento do MST	25
4.2. O MST e o meio ambiente	30
4.3. Aproximação e relação do MST com o Partido dos Trabalhadores	36
5. O Partido dos Trabalhadores	49
5.1. A hegemonia burguesa no pensamento petista	49
5.2. A trajetória da relação com o meio ambiente	56
6. Diagnóstico	65
7. Considerações finais	72
8. Referências	75

1. Introdução

No decorrer de uma graduação que lida com a ciência social aplicada, seja ela na sua forma mais concreta ou mais abstrata, os estudantes se deparam com uma entidade que regula as relações entre os indivíduos e as mais diversas esferas pré-estabelecidas pelo sistema capitalista. Denominada Estado, essa estrutura intrínseca ao modelo econômico que vivemos deve, sempre — palavra pouco utilizada na ciência —, ser considerada nas teses daqueles que desejam aplicar os conceitos da sociologia, ainda que na sua forma mais tradicional, em suas análises do mundo contemporâneo. Para isso, estudar a história do Estado é fundamental, e o acordo comum e simplório das bibliografias deste tema traça linearmente as fases do Estado, após o mundo moderno, da seguinte forma: Estado Liberal, Estado Social e Estado Democrático de Direito.

Diante desse etapismo, presente no ponto de vista de diversos pesquisadores do constitucionalismo, é possível observar e classificar os paradigmas de cada fase do Estado. Eles se relacionam ao tipo de direito a que os cidadãos tinham acesso em cada momento da história, bem como ao entendimento dos juristas acerca desses direitos. Autores dos mais diversos receberam destaque para suas teorias ao longo da contemporaneidade, colaborando com ideais que sustentavam os respectivos paradigmas, ainda que a base liberal, desenvolvida por John Locke, Adam Smith e tantos outros, estivesse presente em cada período. Atualmente, é inegável o destaque que um filósofo em específico recebe ao interpretar o Estado Democrático de Direito.

Jürgen Habermas, reconhecido pelos seus pensamentos críticos no estudo da filosofia social, sustenta teorias que corroboram diretamente para a manutenção do modelo de Estado da forma como conhecemos, isto é, liberal na sua essência. Em suas obras, Habermas se dedica a construir um diagnóstico da realidade social. Ainda que nesse processo o autor não ignore os problemas do sistema capitalista e compreenda, assim como os marxistas, o desenvolvimento das forças produtivas enquanto um fator determinante das mudanças sociais, sua teoria peca ao crer na possibilidade de um uso funcional do Estado Democrático de Direito. Com isso, Habermas formula suas impressões acerca do conceito de democracia participativa, que envolve a interpretação de elementos centrais para o debate que

desenvolveremos no decorrer desta pesquisa, como “sociedade civil”, “legitimidade”, “institucionalidade”, e outros. Essas caracterizações desenvolvidas pelo filósofo tornaram-se predominantes na ciência política e na vida política contemporânea.

Nesse contexto, é essencial resgatarmos pensadores revolucionários que se referenciaram nas formulações de Marx para contrapor a idealização da democracia participativa e dos demais elementos elencados. A teoria gramsciana é extremamente adequada a esse debate, pois desenvolve uma discussão sobre o conceito de hegemonia que se acompanha de caracterizações importantes acerca do Estado e da sociedade. Vale pontuar que enquanto habermesianos, como Arato e Cohen, persistem em dedicar, ainda no presente, seus esforços para construir uma teoria política que divide e limita as esferas do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil (BODART, 2021), os marxistas compreendem a interação entre elas de forma dialética e heterogênea. É o que Gramsci propôs, já no século XX, em seus Cadernos do Cárcere, onde o conceito de hegemonia elaborado

ressalta a capacidade da classe dominante de obter e manter seu poder sobre a sociedade pelo controle que mantém sobre os meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas, principalmente, por sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade. A hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social. (ACANDA, 2002, p. 251). [tradução livre]

Com essa citação, conseguimos elaborar a compreensão de que parte dos mecanismos de controle social aos quais Jorge Luís Acanda se refere podem ser deduzidos enquanto mercado (“meios de produção”) e Estado (“instrumentos de repressão”). A partir dessa premissa, é elaborada a ideia de que, sendo o aparato estatal um dos instrumentos utilizados pela classe dominante como forma de manter sua hegemonia nos âmbitos político-ideológicos, a garantia de uma vida digna e livre da exploração não pode existir através dele, como a democracia participativa sugere. Além disso, Gramsci provoca ao interpretar a “sociedade civil” — a partir daqui referida com a sigla SC — como “o conjunto dos organismos vulgarmente chamados privados [...] e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (GRAMSCI, 1972, p. 16 *apud* WANDERLEY, 2012, p. 7).

Essa definição, na visão de Acanda (2002, p. 254), não faz com que a SC seja alheia às lutas políticas pelo poder, e por isso o conceito gramsciano de Estado traz

uma perspectiva de equilíbrio entre sociedade civil e sociedade política (aparato coercitivo). O sociólogo cubano acrescenta que

ainda que as instituições repressivas continuem sendo um instrumento imprescindível para a classe dominante, a coerção absoluta nunca foi uma opção viável. No capitalismo, a burguesia se vê obrigada a buscar e a organizar ativamente o consenso — ainda que passivo — dos dominados. E consegue organizá-lo mediante a sua capacidade de disseminar normas políticas, culturais e sociais através das instituições “privadas” da sociedade civil. O Estado é a combinação, em proporções variadas e cambiantes, de momentos de consenso e momentos de força. (ACANDA, 2002, p. 254) [tradução livre]

Deparando-se com esse cenário, é possível criar formas de diferenciar práticas políticas: existem aquelas que se resignam ou até mesmo repercutem as ideias hegemônicas de autoridade do Estado burguês; mas também as que, diante do reconhecimento das estruturas de poder, administram de forma estratégica esse equilíbrio entre SC e sociedade política, como forma de alcançar direitos de subsistência. Nesse último caso, há a compreensão de que o domínio do aparato estatal é feito pela classe dominante e, por isso, sua estrutura não permite a verdadeira emancipação das classes dominadas.

Os conceitos abordados nos permitem verificar a existência de um constante embate de grupos de interesse da SC para dominar a concepção ideológica dos sujeitos por meio do poder político-cultural, e a burguesia é a vencedora desse confronto desde o seu início. Tais grupos são identificados como sociedade civil organizada e é nela que se situam os movimentos sociais, um dos objetos de nosso estudo.

Enquanto premissa, abordamos o conceito de Nildo Viana acerca do tema: o marxista afirma que os movimentos sociais são “mobilizações (ações coletivas ou compartilhadas) de determinados grupos sociais derivadas de certas situações sociais que geram insatisfação social, senso de pertencimento e determinados objetivos” (VIANA, 2016, p. 43 *apud* TELES, 2022, p. 22). Portanto, os movimentos sociais podem representar posições ideológicas diferentes, mas estão inevitável e fundamentalmente ligados à dinâmica das lutas de classes (TELES, 2022, p. 36). Conseqüentemente, quando ousam contrariar o pensamento hegemônico, são submetidos ao processo de repressão dos aparelhos coercitivos do Estado.

Para compreender as mais diversas formas de coerção estatal, é essencial incluir no debate um elemento burocrático essencial à estrutura do Estado na forma como o conhecemos hoje: o partido político. Aqui, estamos falando do partido enquanto uma estrutura instituída por lei, uma pessoa jurídica de direito privado¹ que atua na institucionalidade em acordo com os princípios do sistema representativo republicano e da pluralidade de ideias do ponto de vista da democracia liberal. Ainda que seja essencial, para a luta organizada contra o capital, a percepção do partido enquanto um instrumento de ação e direção da classe trabalhadora, deve haver uma diferenciação da atuação das organizações partidárias revolucionárias no âmbito da luta de classes e nas dimensões institucionais burguesas.

É justamente pensando nessa diferenciação de atuação que buscaremos analisar as tensões e as proposições da relação entre os movimentos sociais de esquerda e os partidos políticos de esquerda. Essa proposta se dará considerando o contexto brasileiro no âmbito da temática ambiental e, para isso, o foco será destinado a uma relevante organização partidária registrada no Tribunal Superior Eleitoral e à realidade de um movimento social consolidado e com grandes contribuições na luta socioambiental — Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), respectivamente.

Considerando o processo de controle social apontado anteriormente, os temas relacionados ao meio ambiente — a sua relação com o processo produtivo e com a humanidade, a reformulação do conceito de desenvolvimento, ou mesmo os riscos decorrentes da crise climática — têm sido capturados pelo discurso hegemônico para favorecer a classe dominante.

Os partidos políticos são elementos centrais de mediação entre sociedade civil e sociedade política, e os movimentos sociais, compondo a SC, se relacionam mais diretamente com as organizações partidárias. Enquanto a hegemonia permeia estruturas institucionais, como a relação entre partidos e movimentos pode acontecer sem que os agentes envolvidos percam a sua identidade?

Considerando o contexto que será analisado, de que forma o MST impactou e foi impactado pelo PT em termos de estratégias de articulação e leituras de

¹ Vide Lei N°9.096/95, art. 1º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm .

conjuntura? O diálogo que os militantes da luta socioambiental historicamente demonstraram com o partido se traduziu em avanços concretos, do ponto de vista ecossocialista? Diante das tensões institucionais, o PT cedeu à pressão hegemônica para relativizar pautas de extrema urgência, relacionadas à temática socioambiental, no intuito de conquistar quantidades mais expressivas de votos?

Frente a essa problematização, a ser mais desenvolvida adiante, as palavras de Rosa Luxemburgo ecoam: “existe uma conexão indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução: a luta pelas reformas sociais constitui o meio, mas a revolução social constitui o fim” (LUXEMBURGO, 2018, p. 37).

2. Por que uma perspectiva ecossocialista?

Quando o assunto é catástrofe ambiental, as pautas colocadas em discussão — a exemplo da sustentabilidade — se referenciam principalmente na trajetória do debate a nível hegemônico, o qual se inicia em 1972 com a Conferência de Estocolmo — o primeiro grande encontro de líderes mundiais para tratar sobre o meio ambiente. Essas pautas, que são premissas da temática ambiental, surgem justamente no momento em que a ciência avança nas descobertas acerca do agente causador das mudanças climáticas, isto é, o modo de produção capitalista. É claro que chegaria o momento em que não seria mais possível esconder o que até mesmo a experiência empírica da humanidade estava evidenciando, sendo necessário, para a classe dominante, desenvolver malabarismos argumentativos disfarçados de ciência para seguir com seus padrões de vida e consumo. Por isso, atualmente, a palavra sustentabilidade é tão quista.

O conceito foi definido em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1991, p.46), como: “atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”. O que essas palavras significam, na prática, é o desejo por manter a exploração da natureza em benefício do lucro e sem se preocupar com os verdadeiros e irreversíveis impactos socioambientais. “Atender às necessidades do presente” é um interesse que tem servido estritamente a uma pequena parcela da população mundial, já que, ainda que tenhamos alcançado um padrão produtivo

jamais visto anteriormente pela humanidade, são poucos os que podem usufruir de uma vida digna.

Segundo o Relatório Mundial sobre as Desigualdades de 2022, os 10% mais ricos na América Latina ficam com 77% da riqueza total, contra 22% para os 40% intermediários e 1% para os 50% mais pobres (MENEZES; KRAYCHETE, 2022). Enquanto isso, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas apontou, em seu relatório de 2021, que os aquecimentos globais de 1,5°C e 2°C serão excedidos no século XXI, caso não ocorram reduções consideráveis de CO₂ e outros gases de efeito estufa nas próximas décadas (IPCC, 2021). Em resumo, a hegemonia da sustentabilidade nos manteve longe de atender as necessidades do presente, e nos colocou mais próximos da destruição do futuro.

É nesse contexto que surge a urgência de revolucionar as estratégias de intervenção e os conceitos por trás delas. Os acordos internacionais e suas promessas vazias já não são mais alternativas, se é que algum dia se propuseram a ser. Os esforços destinados a engajar uma ideia de “desenvolvimento sustentável” nada mais são do que retardatários da assimilação coletiva em torno da necessidade de se atacar o problema pela raiz. O ecossocialismo surge enquanto uma alternativa radical, que compreende não somente a urgência da crise ecológica, como também a necessidade de lutar por uma sociedade que supere os valores capitalistas. Os ecossocialistas, ao reivindicarem a emancipação do capital, posicionam a ecologia no centro do debate, pontuando, em acordo com o materialismo histórico dialético, as contradições das relações de trabalho no capitalismo e como elas nos colocam à iminência da extinção enquanto espécie, arrastando todo o ecossistema da Terra conosco.

A crítica desses revolucionários chega a questionamentos essenciais acerca do paradigma atual de desenvolvimento e de uso das forças produtivas, se diferenciando de concepções socialistas desenvolvimentistas, como o que foi implementado pelo stalinismo na URSS. Nas palavras de Löwy e Frei Betto

o socialismo não implica apenas a mudança das relações de produção: a própria estrutura das forças produtivas está contaminada pela lógica do capital. Marx insistia, partindo da experiência da Comuna de Paris, que os trabalhadores não podem se apoderar do aparelho de Estado (burguês) existente e colocá-lo a seu serviço: têm de quebrá-lo e construir uma outra forma, radicalmente democrática, de poder político. O mesmo vale, *mutatis mutandis*, para o aparelho produtivo: se trata de transformá-lo radicalmente e

criar outros métodos de produção, que respeitem a saúde dos trabalhadores e o equilíbrio ecológico. (BETTO; LÖWY, 2012, p.234)

Compreender a perspectiva ecossocialista da crise ambiental é essencial por dois fatores: possibilita o conhecimento da metodologia crítica que será utilizada no trabalho; e introduz a relação do horizonte estratégico do ecossocialismo com o MST, o movimento social escolhido para análise — e, em decorrência da proximidade organizacional, com o Partido dos Trabalhadores.

Acerca do primeiro fator, cabe lembrar que

os ecossocialistas deviam se inspirar nas observações feitas por Marx a respeito da Comuna de Paris: os trabalhadores não podem tomar posse do aparelho capitalista de Estado e colocá-lo a seu serviço. Eles devem demolí-lo e substituí-lo por uma forma de poder político radicalmente diferente, democrático e não estático. (LÖWY, 2007, p. 5)

A partir dessa observação, entende-se como premissa, neste trabalho, que a ideia de que a reforma social, ou mesmo a socialização da produção sem radicalidade, não solucionam o resultado da exploração capitalista, seja do homem ou de toda a natureza. Essa percepção já pôde ser notada ao adotarmos conceitos de Gramsci — referência importante para os ecossocialistas — na introdução da problemática abordada. Ainda assim, é válido ressaltar que a lente de análise que será utilizada compreende que o sistema produtivo deve ser transformado no seu conjunto e isso só é possível “graças (...) à criação de um planejamento democrático da economia que leva em conta a preservação dos equilíbrios ecológicos” (LÖWY, 2007, p. 5).

Apresentada a metodologia, a conexão dela com o MST e o PT, bem como suas relações institucionais, pode ser melhor interpretada. O movimento sem terra possui como mote central a reforma agrária popular que, com o passar dos anos, passou a compreender a agroecologia como aspecto transversal às suas lutas. Em novembro de 2023, ocorreu o 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia; em seu site², o MST republica matéria do Brasil de Fato sobre o lema escolhido “Agroecologia na boca do povo”:

Além da intensificação da agricultura industrial que ameaçava a natureza há mais de um século, a agroecologia acompanha, ao longo do tempo, uma crítica à expansão do capitalismo. Aos poucos, esse processo se agarra ao embate com outras faces de lutas sociais, como a colonialidade, o patriarcado e o racismo, por exemplo. Dessa forma, na “boca do povo”, sugere tanto vozes que religam ancestralidades dos povos originários e camponeses quanto bandeiras de lutas sociais contemporâneas. (LAMIR, 2023).

²LAMIR, Daniel. Entenda o significado de 'Agroecologia na boca do povo'. MST, 14 set. 2023. Disponível em. <https://mst.org.br/2023/09/14/entenda-o-significado-de-agroecologia-na-boca-do-povo/> Acesso em: jun. 2024

Já há algum tempo a luta organizada dos trabalhadores do campo reivindica a defesa da natureza como parte essencial da ofensiva contra o atual sistema produtivo e suas formas de opressão. São pautas que se aproximam nitidamente da construção ideológica do ecossocialismo.

Ao falarmos do parceiro estratégico do MST, o PT demonstra-se como um importante objeto de análise, tendo sido o ventre do primeiro manifesto ecossocialista do Brasil. Sendo assim, a escolha dos agentes se deu não somente pela proposta deste trabalho de analisar um movimento e uma organização partidária com proximidade, mas também pela trajetória de contrariedades traçada pelo Partido dos Trabalhadores. A organização que, em 1988, por meio de seu Grupo de Ecologistas, reivindicou os princípios do ecossocialismo, defendendo que “um Meio-Ambiente saudável é incompatível com o capitalismo nas suas duas vertentes, a neoliberal e a social-democrata” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1988, p. 2), está, hoje, irreconhecível. Isso porque, para garantir a sua inserção na institucionalidade burguesa, o PT passou a modificar o seu programa partidário, tornando-o mais palatável do ponto de vista do discurso hegemônico e da sociedade política. Os impactos ao meio ambiente que foram consequência desse processo estão na contramão da política de base adotada pelo Movimento Sem Terra.

Diante disso, retoma-se o objetivo da análise a ser desenvolvida: compreender, a partir da abordagem ecossocialista da realidade social, as tensões e proposições da relação entre PT e MST no âmbito da luta socioambiental. Assim, a hipótese levantada é de que, ao aderir e investir na lógica de disputa política institucional, um partido de esquerda — no caso o PT — abre mão de seu programa estratégico em função da pressão hegemônica e da dinâmica eleitoreira. Com a averiguação, é necessário compreender de que forma essa inversão de valores impacta, negativamente ou não, a luta e a organização dos movimentos sociais — no caso o MST — mais próximos a esse partido.

3. Partidos políticos e movimentos sociais: um levantamento do contexto brasileiro

Considerando que em nossa introdução tenham sido abordados conceitos caros no entendimento do Estado em uma perspectiva gramsciana, é de suma importância não somente apresentar a aplicabilidade deles na materialidade, mas, principalmente, observá-la no contexto brasileiro. Este tópico se destinará, portanto, a compreender o panorama geral das tensões e proposições entre partidos políticos de esquerda e movimentos sociais no Brasil por meio de uma narrativa histórica partindo do fim da ditadura empresarial-militar em nosso país.

Sabe-se que o enfrentamento organizado à opressão teve início nestas terras no momento em que Pindorama foi invadida e tornou-se Ilha de Vera Cruz. Contudo, o período escolhido para início da análise considera que a Constituição de 1988 foi um marco importante para os partidos políticos de esquerda e para os movimentos sociais com pautas contra-hegemônicas. Em resumo, essa Carta Constitucional foi responsável por iniciar um novo processo de consolidação das estruturas políticas na forma como as conhecemos hoje. Sendo assim, teve influência direta no desenvolvimento das relações entre sociedade civil e sociedade política.

3.1 Redemocratização e reestruturação partidária

Em 1º de abril 1964, os militares, com o apoio do empresariado brasileiro, aplicaram golpe na ainda pouco estruturada democracia brasileira. Àquele momento, o discurso anticomunista vigorava diante da possibilidade de reformas de base, que eram impulsionadas pela organização da sociedade civil em movimentos sociais, e apoiadas pelo então presidente João Goulart. O próprio início da ditadura empresarial-militar no Brasil é um indicativo das amarras hegemônicas diante do avanço das lutas populares.

Nos anos que seguiram, os atos institucionais endureceram o processo persecutório de qualquer tipo de organização contra-hegemônica, até mesmo daquelas que reivindicavam princípios básicos da democracia burguesa. O AI-2 (1965) determinou em suas entrelinhas o bipartidarismo e, mesmo diante da ilegalidade, as lutas contra a ditadura se estruturaram nas mais diversas categorias. Seja no campo, com os sem terra, nas escolas e universidades, com a União Nacional

dos Estudantes (UNE), ou nas indústrias, com os trabalhadores e trabalhadoras do ABC Paulista, a resistência foi aguerrida independentemente do apoio de partidos institucionalizados.(BODART, 2016).

Com o início do processo de abertura em 1979 retorna o pluripartidarismo, que era percebido pelo regime militar como uma forma de divisão e controle da oposição. A partir das dissidências do ARENA e do MDB, formaram-se 5 partidos que disputaram o pleito de 1982: PMDB, PDS, PDT, PTB e PT. (BODART, 2016)

Em 1986 ocorreram as eleições responsáveis por formar a assembleia constituinte, um novo passo em direção à redemocratização. Entre os partidos que conquistaram cadeiras pelo voto popular direto, destacamos os que estiveram conectados — ou mesmo devem o seu surgimento — a grupos organizados da sociedade civil no período ditatorial:

- Partido Democrático Trabalhista (25 cadeiras)
- Partido dos Trabalhadores (16 cadeiras)
- Partido Comunista Brasileiro (3 cadeiras)
- Partido Comunista do Brasil (3 cadeiras)³

Com a promulgação da “Constituição cidadã”, em 1988, uma década havia se passado no processo de transição, e, para além da saída de um regime autoritário, uma grande expectativa popular acerca dos rumos da nova democracia se refletiu na construção de novos processos políticos que envolviam a participação popular (BODART, 2016). Enquanto no restante da América Latina o enfrentamento organizado à ditadura ao negar o autoritarismo negou também as relações com o Estado (MEDEIROS, 2007; NEVES, 2007 *apud* BODART, 2016), no Brasil, a consolidação da sociedade civil na década de 80 caminhou para a reafirmação dos processos políticos institucionais e a busca pela participação social.

³ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Painel de resultados das eleições de 1986. 10 jun. 2013. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiOGU4MTNjZGUtZTZhMi00ZjBhLWI2ZjQtMmQ4ZWU2ZDVjNWQ5liwidCI6ImFiNzcyYzYzLWVlMzgtNGlxZS1iZWY3LTdiNjBIZDhhY2RmMSJ9>
Acesso em: jul. 2024

3.2 A institucionalização da participação social

Historicamente, as camadas populares foram subjugadas na história política, isso porque se organizavam fora da institucionalidade, não somente por escolherem a autonomia, mas também por serem expurgadas dos espaços formais de participação. Eventos considerados relevantes na política brasileira demonstraram esse cenário: tanto a “independência” do Brasil quanto a proclamação da república foram processos estabelecidos de cima para baixo. Sendo assim, foram alheios à verdadeira expressão popular, que não se dava por meio dos canais oficiais, como os mecanismos eleitorais, mas por meio de rituais religiosos e grandes festas populares étnicas que refletiam a cultura local (ROCHA, 2008). Esse contexto, paralelo a um vasto território e uma pluralidade étnico-cultural, levou à diversidade das formas de participação popular e a consolidação de diferentes estratégias de ação pelos movimentos organizados.

Com a chegada do regime ditatorial, todo tipo de luta social foi fortemente reprimida; ainda assim,

havia algum espaço de mobilização e de debate na base da sociedade brasileira. Esse espaço foi estrategicamente identificado e utilizado por milhares de organizações – formais e informais -, militantes, religiosos, intelectuais e movimentos sociais inspirados, principalmente, por referenciais teóricos e morais, como a Teologia da Libertação e o movimento pedagógico criado pelo brasileiro Paulo Freire, chamado Educação Popular. A atuação era baseada em processos educativos junto a grupos populares com a finalidade de gerar emancipação e consciência cidadã. Educar a população para a transformação social era o objetivo. (CICONELLO, ALEXANDRE, 2008, pág. 02 *apud* ROCHA, 2008, p.134).

A sociedade civil não mais se organizava para irromper com a invisibilidade de suas demandas frente ao Estado. Pelo contrário, permanecia furtiva para se manter viva e, com isso, crescia o desejo por uma democracia formal, que permitisse o usufruto dos direitos básicos por meio da cidadania — entre eles, a participação social. Para além da censura, o agravamento da desigualdade social foi uma consequência do programa de Estado adotado pela ditadura que fortaleceu a vontade do povo em compor os processos de formulação de políticas públicas na área da saúde, saneamento básico e educação.

Com a formação da assembleia constituinte, a pressão popular passou a adentrar de fato nos espaços institucionais. O cenário foi consequência de um conjunto de mobilizações nos anos 80 que iam desde as reivindicações democráticas,

como o movimento “Diretas Já”, até o surgimento do Partido dos Trabalhadores. Essa percepção era compartilhada pelos atores políticos à época: em uma das audiências públicas promovidas nos mais de 500 dias de assembleia constituinte, o Sr. Hélio Bicudo, então Presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), declarou:

[...] essa Assembleia Nacional Constituinte, percebendo e tendo consciência disso, tendo a sensibilidade para a representatividade, permitiu que essa representatividade fosse ampliada através da participação, não apenas dos partidos políticos no processo, mas do conjunto da sociedade civil.[...] E, hoje, o Brasil conta com uma sociedade civil que tem consciência daquilo que ela realmente representa no contexto político institucional do País. (*apud* MIZUTANI, 2020, p.99)

Diante disso, vale ressaltar alguns dos mecanismos institucionais adotados para viabilizar essa participação da sociedade no processo de elaboração da Constituição. Em 1986, antes mesmo da instauração da Assembleia Nacional Constituinte, o Senado Federal lançou o projeto “Diga Gente e Projeto Constituição” que distribuiu por meio dos correios mais de 5 milhões formulários de sugestão dos cidadãos para a nova constituinte. O envio era feito sem custos e poderia ser encaminhado a deputados ou senadores específicos. (MIZUTANI, 2020)

No âmbito das audiências públicas, foram realizados 197 eventos com oitiva da população nas subcomissões temáticas. De acordo com dados apresentados, a participação popular nas audiências públicas representou 62,4% do total de partícipes, e foi interpretada pelos representantes formais como um momento de proximidade do povo com o Estado, mas também de exaltação em torno das demandas apresentadas. (MIZUTANI, 2020)

Quanto às emendas populares, também previstas no Regimento Interno da ANC e futuramente adotadas por estados e municípios, as regras de participação eram mais rígidas. Cada proposta enviada deveria ser assinada por pelo menos 30 mil eleitores, sendo que cada eleitor poderia assinar no máximo 3. Para atestar a confiabilidade das assinaturas, pelo menos 3 entidades da SC deveriam se responsabilizar por uma emenda. Foram noticiadas, ao todo, 122 emendas, das quais 83 possuíam conformidade com as exigências do RIANC (MIZUTANI, 2020). O processo contabilizou a participação de mais de 10 milhões de cidadãos, um número que expressa a representatividade de 10 a 12% do colégio eleitoral (MICHILES, 1989 *apud* MIZUTANI, 2020, p. 128).

Ao citar o autor Carlos Micheles, Mizutani traz informações importantes acerca do papel das entidades que valem ser analisadas diante do objetivo de nossa pesquisa. Um partido político não poderia ser proponente de emendas populares, pois sua representatividade na ANC cumpria esse propósito. Contudo, enquanto entidades legalmente instituídas, os partidos poderiam ocupar o papel de responsáveis pelas assinaturas, uma prática muito adotada pelos que tinham maior proximidade com a SC organizada (MIZUTANI, 2020). Ainda por isso, buscavam estabelecer relações institucionais com outras organizações, sejam associações, sindicatos ou federações, para “recolher ideias convergentes sobre modelos de Estado e propostas de governo e enunciá-las de modo coeso, em programas de ação política aptos a orientar a ação dos seus membros” (BASILE *apud* MIZUTANI, 2020, p. 129).

Em geral, a ampla participação no processo de formulação da Constituição, que levou à institucionalização dos mecanismos de ação popular, carregava uma expectativa de avanço nos movimentos sociais de esquerda. Com seus novos aliados, os partidos políticos, compondo efetivamente as estruturas governamentais, a utilização dos instrumentos burocráticos deveria, na teoria, promover o avanço das pautas contra-hegemônicas. Na prática, foi demonstrada a incapacidade de conquistas concretas. As décadas seguintes foram marcadas por investimento em infraestrutura, trabalho formalizado, liberação de crédito, e outras políticas que mascaravam a necessidade da mudança nas estruturas.

3.3 O partido político enquanto estrutura hegemônica

Ao analisar de forma materialista o contexto brasileiro notou-se que, mesmo diante da inclusão da sociedade civil no espaço de decisão da sociedade política, não foi possível modificar o seu funcionamento, de modo a posicioná-lo a favor das demandas populares. Retomamos as percepções de Löwy em “ecossocialismo e planejamento democrático” quando o autor afirma que

os trabalhadores não podem tomar posse do aparelho capitalista de Estado e colocá-lo a seu serviço. Eles devem demolí-lo e substituí-lo por uma forma de poder político radicalmente diferente, democrático e não estático (LÖWY, 2007, p.5)

Diante disso, é fundamental pontuar o partido político enquanto parte da estrutura hegemônica capaz de entorpecer a organização autônoma dos movimentos na busca pela transformação social. Nesse sentido, a percepção de Nildo Viana acerca da estruturação dos partidos de esquerda no Brasil é essencial. O sociólogo afirma que

foram as lutas do movimento operário e dos movimentos sociais que possibilitaram a criação ou legalização dos chamados partidos de esquerda. A esquerda partidária emerge graças a tais lutas e buscando controlá-las ao invés de desenvolvê-las. (VIANA, 2014 *apud* BODART, 2014, p. 236).

Com isso, é demonstrada a tendência de aparelhamento dos movimentos pelas organizações, utilizando-se da base da militância para divulgar e fortalecer o seu programa, que não mais conversa com as demandas populares.

Outros estudiosos complementam essa visão a partir de suas experiências com a administração pública. É o caso de Valdemir Pires que, em entrevista no ano de 2015, sustentou que a aproximação dos partidos políticos com movimentos sociais se dá nas circunstâncias de consolidação rumo ao poder (PIRES, *apud* BODART, 2015). Quando os objetivos de vitória no campo eleitoral são alcançados, ocorre o afastamento. Tanto essa percepção quanto a de aparelhamento são visíveis no cenário brasileiro, como apontaremos a seguir.

O PCdoB utiliza da União Nacional dos Estudantes enquanto sua plataforma política e de formação de quadros. A tendência majoritária da UNE é liderada pela União da Juventude Socialista (UJS) — a organização de juventude do PCdoB —, que ocupou o cargo da presidência da UNE em praticamente todos os anos desde sua reestruturação, em 1984. Há décadas os estudantes denunciam práticas abusivas pela direção da UJS em busca da manutenção da hegemonia na organização⁴⁵. Enquanto a UJS defende que sua vitória advém do apoio da base, fica nítido que as demandas da educação são cada vez mais colocadas à mercê dos aliados políticos do PCdoB, com aval da UNE. Como consequência, é nítida a despolitização do movimento estudantil a nível local, com um afastamento cada vez maior dos estudantes, por vezes carregada de aversão às entidades estudantis.

Ao trazer à análise o PDT, citamos a Carta de Lisboa, documento de 1979 que marcou a fundação do partido, ainda em exílio diante da repressão ditatorial:

Nosso segundo compromisso é o de levantar as bandeiras do Trabalho para reimplantar a liberdade sindical e o direito de greve, como os instrumentos fundamentais de luta de todos os que dependem do salário para viver. É dever também dos Trabalhistas lutar contra a brutal concentração da renda que responde inclusive pelo achatamento dos salários, fixados em

⁴ AFRONTE, CORRENTEZA, JUNTOS!, RUA E UJS. Vale tudo para garantir maioria da UNE? 13 abr. 2023. Disponível em: <https://juntos.org.br/2023/04/vale-tudo-para-garantir-a-maioria-da-une/> Acesso em: jul. 2024

⁵ AMORIM, Fabiana. Contra as mentiras - a UNE necessita de um bom debate de divergências. 17 abr 2023. Disponível em: <https://juntos.org.br/2023/04/contra-as-mentiras-a-une-necessita-de-um-bom-debate-de-divergencias/> Acesso em: jul. 2024

índices falsificados e sempre inferiores ao aumento das taxas reais do custo de vida. (PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA, 1979).

O trabalhismo no Brasil, em sua essência, carrega valores que abraçam a ordem social e o Estado em sua forma hegemônica, promovendo, inclusive, uma cidadania regulada que apenas reconhece o cidadão quando este se dedica a um trabalho formal (GOMES, 2005) . Ainda assim, é possível observar que o PDT reivindicou, desde seus primórdios, aproximação com o movimento sindical e diminuição da desigualdade social. Sob a liderança de Brizola, nas décadas seguintes, o partido teve maior proximidade com suas bases na Região Sul do país, onde teve também vitórias eleitorais. Contudo, ao observar o programa adotado pelo PDT a partir dos anos 2000, nota-se o distanciamento dos discursos ora pleiteados para conquistar apoio popular. Em 2019, apesar de orientação contrária, a maior parte dos parlamentares pedetistas votaram a favor da reforma da previdência, que atacou diretamente o direito dos trabalhadores⁶.

É possível trazer ao exemplo, por outro ângulo, partidos que conquistaram nenhuma ou alguma vitória eleitoral. É o caso do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) que possui uma forte história ligada aos movimentos populares, os quais constroem ativamente o partido desde sua fundação, em 2004. Com o crescimento do número de filiados e o aumento do protagonismo em disputas eleitorais — como foi o caso de Guilherme Boulos para a prefeitura de São Paulo em 2020 —, os Congressos e debates internos no partido demonstram a tendência de decréscimo da construção democrática pela base⁷. Como consequência, há um aumento das probabilidades de concessão dos valores do partido, que já pode ser vista, por exemplo, na federação formada com o REDE Sustentabilidade, organização partidária outrora financiada por detentores do capital⁸.

Já o Unidade Popular, fundado em 2016 e registrado em 2019, corrobora com a percepção de proximidade dos partidos com movimentos sociais em momentos de

⁶ REDAÇÃO CUT, Saiba quem são os deputados que traíram os trabalhadores e aprovaram a reforma. 08 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/saiba-quem-sao-os-deputados-que-trairam-os-trabalhadores-e-aprovaram-a-reforma-210d> Acesso em: jul. 2024

⁷ ANDRADE, Ana Carolina; AUGUSTO, Gabriel. 5 pontos para entender o que está em jogo no 8º Congresso Nacional do PSOL. 14 ago. 2023. Disponível em: <https://www.rebeliaoecossocialista.com.br/post/cinco-pontos-para-entender-o-que-esta-em-jogo-no-oitavo-congresso-nacional-do-psol> Acesso em: jul. 2024

⁸ ESTADÃO CONTEÚDO, Partido de Marina Silva não revela nome de financiadores. 19 ago. 2013. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2013/08/partido-de-marina-silva-nao-revela-nome-de-financiadores.html> Acesso em: jul. 2024

crescimento e consolidação. A UP e as organizações populares associadas funcionam como um único elemento. Ainda é cedo para analisar o que pode acontecer caso o partido passe a alcançar vitórias eleitorais, principalmente diante dos mecanismos desenvolvidos pelo sistema político para barrar pequenos partidos. Mas assim como a UP, outras organizações estiveram alinhadas com movimentos sociais.

A seguir, a análise será voltada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Partido dos Trabalhadores, construindo seus respectivos históricos de surgimento e o programa adotado no campo da luta socioambiental.

4. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

4.1. Da questão agrária e do surgimento do MST

Para responder as perguntas que almejamos de forma adequada, será necessário investigar a história do MST. O livro “A formação do MST no Brasil”, desenvolvido por Bernardo Mançano Fernandes a convite da direção nacional do movimento em 1996, será nossa principal fonte de informações. Não há intenção em narrar todos os processos históricos que levaram o Movimento a alcançar tamanha territorialização, já que a referência utilizada dá conta da missão. Abordaremos, portanto, os momentos em que a luta camponesa, autônoma e forte, recebeu a aproximação de organizações institucionais ou partidárias e de que modo ela ocorreu, abordando, por fim, o surgimento do MST.

A luta dos Sem Terra faz parte da formação do Brasil desde as invasões portuguesas. Inicialmente, a forma de divisão do território em capitâneas hereditárias distribuiu para famílias reais a administração da propriedade imperial. Com a lei de terras de 1850, a concentração fundiária se materializa definitivamente, pois é introduzido o conceito de propriedade privada da terra no Brasil por meio da determinação de que as terras, outrora do Império, deveriam, a partir de então, ser adquiridas por compra. É assim que nasce o país do latifúndio. Anos depois, mesmo com a Proclamação da República, não há a menor intenção em redistribuir as terras, além de que toda e qualquer forma de resistência do campesinato era tratada como inimiga do Estado e exterminada de forma cruel pelo exército brasileiro — a exemplo do Arraial de Canudos. (FERNANDES, 2000)

Mesmo diante da repressão, a urgência da questão da terra no Brasil e a organização da luta camponesa não poderia ser ignorada. Anteriormente ao surgimento do MST, foi possível testemunhar, na primeira metade do século XX, um grande período de articulação política no campesinato. Mançano aponta que com o fim da Era Vargas, em 1945, inicia-se o processo de formação das Ligas Camponesas. Já nesse momento da obra, o autor traz aspectos importantes de tentativa de institucionalização da pauta do movimento:

a atuação das Ligas era definida na luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra. Em suas ações, os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupações. Por parte das instituições, ao contrário, tanto o PCB quanto a igreja Católica defendiam

uma reforma agrária que deveria ser realizada por etapas, por meio de pequenas reformas e com indenização em dinheiro e em títulos (FERNANDES, 2000 p.33).

Adentrando na relação do Partido Comunista do Brasil⁹ com as associações camponesas, em 1954, a organização cria a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) com o objetivo de construir uma aliança política entre os trabalhadores do campo e os operários das cidades. A ULTAB se fixou em diversos estados, com exceção de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, onde outro movimento, denominado MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) já estava consolidado regionalmente. (FERNANDES, 2000).

Vale ressaltar, que o PCB não foi o único partido da época a pautar a luta pela reforma agrária. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1961, demonstrou apoio ao MASTER na figura do então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Os militantes atuavam por meio de ocupações e, com o suporte do PTB, a organização cresceu significativamente. Todavia, nas eleições estaduais de 1962 Egídio Michaelsen (PTB) é derrotado, e o MASTER passa a receber inúmeros ataques da nova gestão gaúcha, que mobilizou todo o aparato burocrático para promover despejos e enfraquecer o Movimento. (FERNANDES, 2000).

Ainda na década de 60, outro ator se destaca na aproximação com as lutas camponesas. A Igreja Católica, como traz Mançano, atuou por frentes conservadoras e progressistas. A primeira se dedicou a criar entidades nas regiões Nordeste e Sul do Brasil, com o objetivo de se antecipar na formação das organizações dos trabalhadores do campo, evitando a influência de ideias socialistas de defesa da reforma agrária. Já os setores católicos progressistas eram liderados pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), formando o Movimento de Educação de Base com o objetivo de alfabetizar e promover a educação política dos camponeses. Já nos anos 70, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada “para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização”¹⁰ (CPT, 2010). A teologia da libertação, enquanto

⁹ Aqui nos referimos a formação original do PCB, fundada em 1922. Atualmente, a legenda é reivindicada pelo Partido Comunista Brasileiro, enquanto o nome “Partido Comunista do Brasil” passou a ser utilizado pela legenda PCdoB por meio do TSE.

¹⁰ COMISSÃO DA PASTORAL DA TERRA. Histórico. 05 fev. 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico> Acesso em: jun. 2024.

uma influência para a CPT e a CNBB, ia na contramão das tentativas de controle dos movimentos camponeses.

Com a chegada de João Goulart à presidência em 1961, havia a defesa aberta das reformas de base pelo programa político do governo, porém, realizada a partir de uma posição de institucionalização dos movimentos sociais, que avançavam em suas pautas. “A criação de sindicatos era a forma de organização defendida pelas principais instituições de apoio à luta, e pelo governo federal. Era uma posição política frente ao crescimento das diversas organizações camponesas.” (FERNANDES, 2000, p. 35). Os anos de 1940 a 1964 são destacados por Mançano no âmbito não somente da realização dos primeiros encontros e congressos camponeses, mas também da abundância das lutas de resistência pela conquista da terra. A organização autônoma do campesinato, que impulsionava o debate pela reforma agrária, causava receio na sociedade política e era respondida com o desenvolvimento de mecanismos formais de lida com o tema. (FERNANDES, 2000).

O golpe militar impôs o retrocesso nas lutas e intensificou os problemas no campo. “Em seu pacto tácito, os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo” (FERNANDES, 2000, p.41). O período foi marcado pelos despejos das famílias camponesas e consequente aumento da concentração fundiária, mas ao contrário do esperado pelo Regime, o ataque fez eclodir ainda mais as lutas no campo. Os mecanismos que outrora foram criados pelos militares para desmobilizar a luta camponesa, a exemplo do “Estatuto da Terra”, o qual trazia o recurso da desapropriação como uma exceção, passaram a ocupar um papel central diante do aumento dos conflitos fundiários. O cenário levou à militarização da questão agrária, com criação de grupos de perseguição e extermínio dos camponeses. Além disso, o Regime persistia em suas políticas econômicas que acabavam com o papel do trabalhador rural, sem se atentar às contradições da criação de um novo modelo agrícola. (FERNANDES, 2000).

Diante do contexto, é possível destacar alguns aspectos centrais da questão agrária no Brasil: a sua existência é intrínseca à formação política do país, e a luta no campo passou pelas mais diversas tentativas de controle, repressão e institucionalização. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é construído

como resultado e resistência de todos os processos de silenciamento das demandas camponesas. Em seu portal, o MST reivindica a história da luta pela democratização da terra:

Como imaginar o MST sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males, da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos ou sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra – Master? Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores das lutas pela democratização da terra e da sociedade.¹¹

A gestação do MST foi marcada pelo surgimento de novas ocupações e formas de resistência ao regime militar, entre elas: a Encruzilhada Natalino; a organização de um ato público em 1981 com mais de quinze mil trabalhadores rurais; e a criação do boletim sem terra. No processo, vale destacar o apoio da Comissão Pastoral da Terra, cujo envolvimento promovia um espaço de socialização política que permitiu a recriação da organização camponesa. Diferentemente de outros setores da Igreja Católica, a CPT não possuía pretensões de aparelhamento, mas sim de defesa da emancipação política dos trabalhadores rurais.

Em 1984, ocorre a fundação do MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país:

Não apenas nos sentimos herdeiros e continuadores das lutas anteriores, mas também somos parte das lutas que nos forjaram no nosso nascimento. Do sindicalismo combativo, da liberdade política e das Diretas-Já em 1984, quando já em nosso primeiro Congresso afirmávamos que “Sem Reforma Agrária não há democracia.”¹²

Do primeiro congresso nacional do movimento, realizado em 1985, ressaltamos os seguintes encaminhamentos do documento final:

- “Que o governo garanta que a produção respeite a preservação do meio ambiente” (MST, 1985, p. 2).
- “Os trabalhadores, ao ocuparem as terras, devem ir criando suas próprias leis e organismos” (MST, 1985, p. 3)
- “Exigimos que sejam criadas novas leis, com a participação dos trabalhadores a partir da prática e da luta dos mesmos” (MST, 1985, p. 4)

¹¹ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nossa história 70-82. [s.d]. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/> Acesso em: jul. 2024

¹² MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nossa história 84-86. [s.d]. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/> Acesso em: jul. 2024

O momento de redemocratização foi utilizado como estratégia pelo MST para reivindicar sua participação política de forma autônoma e democrática. Algumas conquistas foram alcançadas com a Constituição de 88, em especial os dispositivos que garantiram o princípio da função social da propriedade (CRFB/88, art. 5º, XXIII) e a desapropriação das terras que não o cumprissem (CRFB/88, art. 184, para imóveis rurais). Além disso, o Movimento angariou aliados institucionais e ampliou a sua organização em instâncias internacionais, com a Via Campesina.

Contudo, o principal objetivo, a reforma agrária, não foi alcançado nos anos que sucederam, tampouco houve a diminuição da repressão e das tentativas de desmantelamento do MST por vias institucionais. O massacre de Corumbiara ocorreu em 1995 e o de Eldorado dos Carajás, em 1996. Anos após a promulgação da “Constituição Cidadã”, o ataque à vida dos trabalhadores rurais seguia com o mesmo formato do regime empresarial-militar. O cenário se somou às diversas mentiras propagadas pelo governo FHC de realização da reforma agrária.

Com o tempo, a mídia hegemônica aderiu à narrativa de criminalização do MST, sustentando a ideia de que o movimento agia de forma ilícita com as ocupações — que passaram a ser referidas como “invasões” — e sua existência não era mais justificada diante da suposta redistribuição de terras realizada por FHC. Assim como em outros momentos de sua história, a luta dos trabalhadores rurais se manteve forte mesmo diante das retaliações. Em um contexto de democracia formal dos anos 90, o movimento angariou o apoio de outros setores da sociedade civil organizada, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do que viria a ser o seu principal aliado institucional: o Partido dos Trabalhadores.

Na relação com o PT havia, além de tudo, um grande sentimento de esperança com a figura de Luiz Inácio Lula da Silva. O líder sindical concorreu às eleições gerais a partir de 1989, tendo alcançado a vitória em 2002.

Com a eleição do presidente Lula, em 2002, havia uma grande expectativa dos sem-terra por todo o país de que, enfim, aconteceria a reforma agrária. No entanto, a situação da agricultura tem se agravado para os pequenos agricultores e assentados. O modelo agrário-exportador se acentuou, dividindo nosso território em ‘sesmarias’ de monoculturas, como soja, cana-de-açúcar e celulose, além da pecuária extensiva. A aquisição de terras por estrangeiros também atinge níveis nunca antes registrados.¹³

¹³ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Nossa história 00-04. [s.d]. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/00-04/> Acesso em: jul. 2024 Ver

Ao trazer a perspectiva ecossocialista ao contexto, é notório que a história da questão agrária no Brasil demonstra o tratamento dado pelo sistema capitalista a questões inerentes à exploração da natureza, como é o caso do uso da terra. Ainda que o latifúndio seja valorizado nas políticas econômicas, a agricultura familiar é que se responsabiliza por alimentar as brasileiras e os brasileiros. Ela se diferencia da conduta do agronegócio, respeitando a natureza ao evitar práticas de contaminação da água e do solo, e a monocultura, responsável por esgotar os nutrientes da terra e extinguir a biodiversidade. Compreendendo o papel da terra e da luta dos trabalhadores rurais na sua preservação, é essencial traçar a trajetória política do MST ao se relacionar com o meio ambiente.

4.2. O MST e o meio ambiente

Para tratar sobre a relação entre o MST e o meio ambiente seguiremos por dois caminhos. Primeiramente, passaremos por uma análise bibliográfica dos 40 anos de história do movimento, trazendo, para cada década, resoluções congressuais, cartilhas de formação e demais documentos oficiais que demonstrem a lida do MST com questões socioambientais. Com a linha do tempo, será possível compreender a evolução do posicionamento do movimento. Em seguida, o enfoque será na estratégia atual de organização de defesa da reforma agrária, considerando as emergências ambientais: a agroecologia.

Quando o MST surgiu, o foco do movimento se voltou a reforçar o seu principal método de ação — ocupações — e garantir a segurança e a desapropriação das terras onde estavam os principais assentamentos. A pauta por si só, de democratização da propriedade da terra, é muito conectada a questões ambientais, porém esse aspecto era pouco ressaltado nos primeiros anos da organização, ainda que não esquecido.

Em 1984, com o encontro nacional de formação do MST, é lançado o primeiro Programa de Reforma Agrária do movimento. O documento é trazido em livro organizado por João Pedro Stédile para tratar sobre a questão agrária no Brasil por meio de propostas apresentadas na história ao longo de 57 anos (1946 a 2003). A plataforma política aprovada pelos trabalhadores rurais sem terra dividiu-se em quatro partes: 1) quem consideramos sem terra; 2) princípios gerais; 3) princípios práticos; 4) terras que reivindicamos e devemos conquistar. É na terceira parte que podem ser

destacados posicionamentos que refletiam a próxima década de atuação do MST com relação à natureza: “Os que conquistam a terra, trabalhar, cuidar e mostrar que quer a terra para trabalho e não para negócio (...) Em todas as conquistas de terra, deve-se discutir formas alternativas de posse e cultivo da terra” (MST, 1984 *apud* STÉDILE, 2021, p. 177-178).

Com isso, é possível destacar tanto a visão da terra e da natureza fora de uma perspectiva de lucro quanto a ambição de buscar alternativas aos modos de produção típicos do capitalismo. A tendência se reforça ao analisarmos os princípios gerais, quando neles é abordado o anseio de “lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo” (MST, 1984 *apud* STÉDILE, 2021, p. 178). Apesar de o meio ambiente não ter sido explicitado no documento, nele são demonstradas as raízes intrínsecas da pauta do MST com o debate ecológico. Principalmente, quando o formato de produção hegemônico é questionado em conjunto da dominação do capital.

Para o ano de 1994, dez anos depois, os avanços na pauta eram notáveis inclusive nas estratégias de agitação e propaganda do Movimento. Em folheto de divulgação do “Grito da Terra”, mobilização nacional que reúne trabalhadores rurais, povos indígenas e atingidos por barragens, um tópico inteiro é destinado às reivindicações ambientais. Além disso, foi pautada a política energética trazendo breves contribuições da ecologia.

Preservação Ambiental



* aplicação efetiva da Lei dos Agrotóxicos no tocante ao registo de produtos, fiscalização do comércio, apreensão dos venenos comercializados irregularmente, fiscalização da utilização do receituário agrônômico, fiscalização da aplicação dos venenos agrícolas.

* não aprovação pelo Senado da Lei de Patenteamento das Sementes e que se reabra o debate sobre esta questão com a sociedade civil.

* desenvolver uma política de preservação dos recursos genéticos.

* aprofundar os estudos hídricos a nível de micro-bacias e conferir prioridades à pesquisa de: dimensionamento e qualificação dos recursos hídricos, técnicas de captação e manejo da água, desenvolvimentos de sistemas de distribuição de água para comunidades rurais, e aprofundar os estudos sobre os recursos minerais.

Política Energética



* cumprimento da legislação ambiental com controle social sobre a aprovação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e sobre a contratação de equipes multidisciplinares que sistematizem os Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA).

* encaminhamento de solução dos impactos sócio-ambientais e econômicos decorrentes do atual modelo energético.

* reassentamento e indenização de todas as famílias atingidas por barragens.

* revisão, com a participação e controle da sociedade civil, dos planos e projetos governamentais na área de aproveitamento dos recursos hidroelétricos.

Figura 1 – Recortes do material de divulgação do Grito da Terra (1994)
Fonte: Biblioteca da Questão agrária

É no ano seguinte, em 1995, que a concretude dos avanços pode ser analisada em detalhes, já que o Movimento lança outra proposta de reforma agrária, também abordada por Stédile em seu livro. Fruto do III Encontro Nacional, o programa refletia o direcionamento estratégico adotado pelo MST de conscientização da sociedade sobre a importância da democratização da terra na vida de todos. Entre os objetivos apontados na nova proposta de reforma agrária, destaca-se: “preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas, florestas etc., de maneira a se ter um desenvolvimento autossustentável” (MST, 1995 *apud* STÉDILE, 2012, p. 188). Além disso, chama atenção no Programa o amadurecimento da percepção do uso da terra: se antes já havia a reivindicação de que o trabalho na terra não visasse o lucro, é incorporada a ideia de que “a terra deve ser entendida como sendo um bem da natureza a serviço de toda a sociedade” (MST, 1995 *apud* STÉDILE, 2012, p. 189). O documento traz ainda que:

Ou seja, a terra é um bem fundamental da natureza que não pode estar aprisionada pela propriedade privada absoluta, em que o proprietário faz o que quiser. A terra não é uma mercadoria. Ela não é fruto do trabalho humano e ninguém pode ter direito absoluto sobre ela. (MST, 1995 *apud* STÉDILE, 2012, p. 189).

Em outro momento da proposta, práticas de atenção direta à aspectos socioambientais são reivindicadas juntamente ao processo de desapropriação:

Incluir no plano nacional de reforma agrária uma política clara que oriente os novos assentamentos, para que os processos de desapropriação e o projeto de organização de assentamentos levem em conta: a) As realidades socioambientais e de suporte e ecossistemas, em cada região; b) O respeito às formas tradicionais de apropriação e uso dos recursos naturais; (MST, 1995 *apud* STÉDILE, 2012, p. 191)

No geral, o Movimento demonstrou novas e importantes proposições no âmbito das problemáticas ambientais. Para além das citadas diretamente, esse documento de 1995 aborda propostas como: sanção diante de prejuízos causados ao meio ambiente; mudanças tecnológicas com vistas a mitigar os efeitos do modelo predatório de exploração dos recursos naturais; desenvolvimento de fontes de energia alternativa; incentivo à produção orgânica de alimentos em assentamentos; além do reconhecimento de realidades distintas de produção e preservação nos diferentes biomas brasileiros. (CIANDRINI, 2010)

Para a década seguinte, no ano de 2004, foram encontrados poucos documentos de relevância bibliográfica sobre o tema no acervo disponibilizado pelo movimento. Dessa forma, para que a observação do progresso na linha do tempo não

seja prejudicada, abordaremos a posição do movimento nos anos 2000, compreendendo também o avanço da temática do meio ambiente no mundo com adoção de acordos internacionais, como o protocolo de Kyoto, mas, principalmente, o avanço da inclusão da agroecologia no programa político do MST.

Com a realização do 4º Congresso do MST, em 2000, nota-se que o debate ambiental incorporou-se, oficialmente, nas linhas políticas do MST. Em matéria publicada no portal do movimento¹⁴ sobre o evento, os seguintes direcionamentos estratégicos merecem atenção:

4. Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social.”
10. Resgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. Transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária.> Articular-se com os demais setores sociais para desenvolver esse trabalho, e intensificar o debate na nossa base e escolas de assentamentos. > Desenvolver e participar de campanhas nacionais em torno destas questões. > Desenvolver campanha de preservação do meio ambiente em todos assentamentos. > Promover o desenvolvimento de políticas específicas a situação do cerrado e do semi-árido.

Sendo assim, o MST passa a se colocar como um ator de articulação da defesa do meio ambiente na sociedade civil.

Enquanto isso, nos assentamentos, diretrizes de produção agrícola que se diferenciavam do modelo predatório do agronegócio eram implementadas. O caderno de cooperação agrícola nº10 foi lançado em maio de 2001 com a temática “o que levar em conta para a organização do assentamento”. Para o núcleo básico da proposta, o capítulo 6 traz aspectos importantes sobre a organização da produção e da cooperação agrícola, entre eles, “um novo jeito de produzir”:

Quanto ao aspecto tecnológico, deveremos dar destaque ao aspecto dos insumos industriais adicionalmente utilizados (veneno, adubo, sementes híbridas) que encarecem a produção, envenenam as pessoas e a natureza. Também devemos destacar os aspectos do trabalho moto-mecanizado, que nos acomoda, deteriora os solos e nos torna dependentes das empresas multinacionais. (MST, 2001, p. 17)

A agroecologia é citada como estratégia de produção. Já adotadas nos anos 90, as práticas agroecológicas se consolidam de forma inegável no movimento nos anos 2000, com forte atuação do Setor de Produção do MST no processo, o qual

¹⁴ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST – 2000. 08 jul. 2009 Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/08/linhas-politicas-reafirmadas-no-iv-congresso-nacional-do-mst-2000-2/> Acesso em: jul. 2024

coordenou a criação da Frente de Meio Ambiente em 2005. Em 2007, mesmo ano de realização do V Congresso Nacional, é publicado pelo MST um documento de sistematização de experiências agroecológicas, organizado em conjunto pela militância ao redor do país, e que demonstra a centralidade que a agroecologia ganha na organização. A apresentação começa da seguinte forma:

A crise sócio ambiental aprofunda-se, tendo a fome, a miséria, a injustiça cada vez mais como problemas da deformação estrutural da sociedade, onde predominam a concentração da renda, do poder e dos recursos naturais, fazendo com que grande parte da população não tenha acesso à quase nada em meio à abundância e riquezas naturais de nosso País. Estamos convictos de que a reforma agrária deve ser uma das principais políticas para a promoção da melhoria de vida, combate às desigualdades sociais, proteção ao meio ambiente e construção de novos valores e formas de nos relacionarmos com a natureza. Construindo, assim, o novo homem e a nova mulher da sociedade sem classes e sem exploração. (MST, 2007, p.6)

O período dos anos 2000 finaliza com importantes acúmulos teóricos e práticos do movimento ao valorizar o meio ambiente. Com a chegada do VI congresso do MST, que marcou os 30 anos do movimento, as suas reivindicações e os compromissos estavam, oficialmente, intrínsecos ao debate socioambiental. Ou seja, as pautas socioambientais não eram mais tópicos externos de atenção mas, sim, parte componente da proposta geral do MST ao adotar em 2014 o lema “Lutar, construir reforma agrária popular”:

Nós, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), após nossa jornada de 30 anos, assumimos os seguintes compromissos: 1) A terra, água, florestas, fauna, flora, minérios, sol, enfim, todos os bens da natureza devem estar a serviço do povo e preservados para as gerações futuras. (MST, 2014)

Os itens que se seguem aprofundam o debate ecológico abordando: a defesa dos territórios dos povos tradicionais, a importância de se priorizar a produção de alimentos saudáveis preservando a natureza, a abolição do uso de agrotóxicos e transgênicos por meio de práticas agroecológicas, combater o desmatamento e promover o reflorestamento de áreas degradadas, promover a soberania energética por meio de fontes renováveis, entre outros (MST, 2014). Em geral, o compromisso do MST com o meio ambiente estava, oficialmente, em unidade com a luta pela reforma agrária popular.

Dessa forma, atualmente, é perceptível uma abordagem do movimento que passa por uma compreensão dialética da realidade dos sem terra por meio da análise dos efeitos do capitalismo nas sociedades e nos ambientes. Portanto, a militância defende que a propriedade privada e o modelo de produção hegemônica do capital

impedem a democratização da terra, privatizam bens comuns e da natureza, e, no processo, envenenam as pessoas e propagam a miséria. Diante disso, a agroecologia surgiu e se fortaleceu enquanto um pilar das estratégias de ação e defesa do MST.

Em 2022, o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST iniciou o lançamento dos “Cadernos de Agroecologia”. O volume um é dividido em dois blocos e traz contribuições teóricas importantes sobre: a crise ambiental causada pelo modo de produção capitalista, o MST no cuidado dos bens comuns e, em especial, a agroecologia enquanto ferramenta de construção do socialismo. Além disso, o documento traz reflexões sobre o plano nacional “Plantar Árvores Produzir Alimentos Saudáveis” proposto pelo MST em 2020 com o desafio de plantar 100 milhões de árvores em dez anos por meio de suas escolas, cooperativas, centros de formação, e demais espaços de militância.

A agroecologia foi uma ciência orientadora para a reconstrução ecológica da agricultura (MST, 2010) observando as práticas de trabalho de famílias camponesas e populações originárias quando estas prezavam pelo equilíbrio com a natureza na atenção às necessidades humanas. Em seu portal, o MST coloca que a agroecologia “se baseia na sociobiodiversidade, na economia solidária e no respeito ao conhecimento tradicional e às culturas locais/regionais”. E, nos cadernos de agroecologia, a transformação social é pautada no cuidado pelos bens comuns/naturais, pois

a) enfrenta o caráter cada vez mais destrutivo do capitalismo atual; b) garante os interesses populares, dessa e das próximas gerações; c) rompe a alienação ser humano-natureza, fruto do capitalismo, ruptura que é fundamental para a formação da consciência socialista. (MST, 2022, p.30)

Em resumo, a trajetória do MST com o meio ambiente demonstra a radicalização e a criticidade do movimento diante das emergências climáticas e socioambientais. Ao contrário da tendência hegemônica, de relativização da problemática a nível individual, o MST demonstrou o caráter coletivo e popular de sua luta ao incluir na agenda os desafios da busca pelo equilíbrio ecológico. Nesse processo, o movimento não demorou em compreender a responsabilidade do capitalismo na degradação da natureza, e como denunciar isso era parte essencial da busca pela democratização da terra. Além disso, o MST desenvolveu, ao longo dos anos, estratégias constantes de conscientização de sua militância, articulação com

atores da sociedade civil e, principalmente, de promoção de práticas nos assentamentos que se diferenciavam do modelo produtivo e hegemônico do capital.

4.3. Aproximação e relação do MST com o Partido dos Trabalhadores

Compreendida a evolução da lida com o meio ambiente por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, buscamos traçar uma mesma linha de análise para a relação do MST com o Partido dos Trabalhadores. A partir disso, será possível compreender as motivações políticas que impulsionaram uma aliança institucional ainda existente no contexto atual. Assim como mencionado anteriormente, o contexto de surgimento do PT e do MST está atrelado a um período de agitação social e reivindicação democrática no Brasil. A observação espontânea e despreziosa da conjuntura já permite identificar que, enquanto atores importantes de organização da sociedade civil em um período de luta pela redemocratização, a aproximação entre PT e MST aconteceria de forma inevitável. Contudo, existiram características do fortalecimento dessa relação que ocorreram para além desse contexto, motivadas por estratégias de ambas as partes.

Ao compartilhar da visão de Viana sobre a consolidação dos partidos de esquerda no Brasil, relembremos a importância dos movimentos populares no surgimento dessas organizações partidárias. Com o Partido dos Trabalhadores e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, não foi diferente. Ainda que o PT tenha surgido formalmente antes do MST, as demandas organizadas pelos trabalhadores do campo se fizeram presentes no embrião do partido. Em editorial publicado no Jornal dos Trabalhadores, em 1982, a questão da terra era abordada com criticidade ao capitalismo e centralizada nas demandas dos camponeses:

Não há outra saída. É preciso uma urgente reforma agrária de verdade, feita pelos próprios trabalhadores. Nos últimos anos, praticamente todos os congressos de trabalhadores urbanos ou rurais vêm pedindo e exigindo a reforma agrária. (...) Ao lado da luta por liberdade política, ao lado da luta contra o desemprego, a luta pela reforma agrária é uma das mais importantes e urgentes. (JORNAL DOS TRABALHADORES, nº 04, mai. 1982, p. 02 *apud* FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2019, p. 175)

Com o avançar da história e o surgimento do MST em 1984, um importante ator é destacado como facilitador do processo de aliança do movimento com o PT: a Igreja Católica. Como mencionado anteriormente, a Comissão Pastoral da Terra desempenhou um papel fundamental de socialização e consequente aglutinação das experiências dos trabalhadores do campo. O processo ocorria por meio das

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que, influenciadas pela Teologia da Libertação, atuavam também nos espaços urbanos, promovendo ações de justiça social que levaram concomitantemente à aproximação com o Partido dos Trabalhadores. Sendo assim, o apoio das CEBs e da CPT proporcionou um espaço progressista de compartilhamento de experiências entre grupos afins, conseqüentemente, entre o MST e o PT. (FERNANDES, 2000).

Na obra “O que é Cristianismo da Libertação?” Löwy discute a religiosidade e a política na América Latina, abordando o Catolicismo Latino enquanto um sujeito importante na trajetória dos fenômenos históricos e sociais. Nesse contexto, a Igreja brasileira é abordada enquanto “um caso único na América Latina, na medida em que é a única Igreja no continente sobre a qual a Teologia da Libertação e seus seguidores das pastorais conseguiram exercer uma influência decisiva.” (LÖWY, 2016, p. 143). Para além disso, Löwy confirma a percepção de que

“os novos movimentos populares brasileiros – a radical confederação de sindicatos (CUT), o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), as associações de moradores das áreas pobres – e sua expressão política, o Partido dos Trabalhadores (PT), são até certo ponto produto da atividade comunitária de cristãos dedicados, agentes leigos das pastorais e comunidades também cristãs” (LÖWY, 2016, p.143).

No ano de 1986, ainda em processo de redemocratização, ocorreram as primeiras eleições gerais no Brasil para escolher os deputados e senadores que participariam da Assembleia Nacional Constituinte. Em fevereiro do mesmo ano, o MST lançou o documento Cadernos de Formação N°1, que tratou sobre “a organização do movimento” e “quem é quem na luta pela terra”. Após o Governo de Transição, no qual se destacou o fracasso da aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária, o Movimento fortaleceu a percepção de que os interesses dos latifundiários estavam sendo representados no Congresso Nacional e, diante disso, os trabalhadores rurais deveriam também garantir a sua representação. Nos cadernos é postulada a necessidade de “apoiar um candidato para a constituinte, conforme os critérios do MST nacional, a ser oficializado numa próxima reunião após estudo da proposta nas bases” (MST, 1986, p.11).

Os critérios definidos eram

a) que seja uma pessoa reconhecida e com tradição de luta no movimento dos trabalhadores; b) que tenha compromisso com a classe trabalhadora; c) compromisso por escrito de apoio material, financeiro e político do MST; d) não estar em nenhum partido que apóia a Aliança Democrática e que tenha compromisso com a burguesia; e) não estar em nenhum partido de caráter oportunista, populista ou reformista (MST, 1986, p.12)



Figura 2 - Charge retirada dos Caderno de Formação N°1
Fonte: Biblioteca da Questão Agrária

Vale ressaltar que, ao final do documento, uma das prioridades colocadas pelo MST foi “estimular a participação no sindicato, no partido político e apoiar candidatos de trabalhadores nas eleições” (MST, 1986. p. 12). O partido político mencionado não foi especificado. Paralelamente a isso, o Partido dos Trabalhadores demonstrava, cada vez mais, sua defesa das demandas dos trabalhadores sem terra e incentivava a sua militância no engajamento da luta pela reforma agrária. Em junho de 1986, o Diretório Nacional do PT se posicionou em apoio ao MST, denunciando a postura de negligência do governo frente a violência propagada contra os camponeses pelos latifundiários. A nota ganha um tom convocatório que indica os caminhos de aproximação que se consolidaram ao longo do ano:

O Diretório Nacional conclama todos os filiados e simpatizantes a integrarem-se mais ativamente na luta pela reforma agrária e contra a violência latifundiária no campo, esforçando-se para unificar as lutas pela terra no campo e nas cidades e as lutas dos trabalhadores rurais e urbanos. A participação ativa e o apoio dos simpatizantes e filiados do PT aos “Comitês pela Vida”, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimento dos Sem-Terra e outras entidades de trabalhadores é de fundamental importância para a luta geral do nosso Partido contra a miséria e a opressão. (Boletim Nacional do PT, n. 20, jul. 1986, p. 05)

Para além disso, o MST e o PT estavam construindo juntos e ativamente a Central Única dos Trabalhadores (CUT). E em outubro de 1986, o Jornal Sem Terra dedicou

boa parte de sua edição para divulgar as candidaturas apoiadas pelo MST que, não surpreendentemente, compartilhavam a mesma legenda: 13, do Partido dos Trabalhadores.

Vidor e Ângelo, dois nomes à Assembléia Legislativa



Em São Paulo, o campo ganha voz através de dois candidatos a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores: **Vidor Fanta, nº 13.205** e **Ângelo Perugini, nº 13.207**, apoiados pelo Movimento Sem Terra. **Vidor** é sindicalista e sempre trabalhou como meeiro, até que, em 69, com a expansão da cana-de-açúcar, na região de Araras, tornou-se bóia-fria. Sua militância junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras sempre buscou um sindicalismo combativo, reivindicatório, que mudasse a mentalidade assistencialista. É diretor (licenciado) da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo. **Ângelo Perugini** é companheiro de militância no campo e na cidade. Na cidade atuou na formação de oposições sindicais e nos movimentos de bairros, conquistando junto com a comunidade, vários benefícios. No campo destacou-se



Vidor Fanta (nº 13.205)



Ângelo Perugini (nº 13.207)

principalmente na vitória dos três grupos de sem terra, hoje assentados em Sumaré. Sua experiência vem contribuindo com o Movimento em todo o Estado.

Joaquim para fortalecer




Joaquim (nº 13.199)

O Movimento Sem Terra do Piauí está em fase de implantação e fortalecimento. Mesmo assim decidiu apoiar a candidatura do presidente do

Os candidatos de latifúndio

São vários os candidatos Constituintes apoiados pela LDR em São Paulo. Entretanto, apenas Sérgio Cardoso de Almeida, candidato pelo PDS, assume abertamente a vinculação com a entidade. Os candidatos federais Roberto Cardoso Alves, do PMDB, Alcides Francisco e Nival Gale, ambos do PFL, e os do PDS Renato Cordeiro, Adal Vettorezzo, Arnaldo Pinheiro e Ferreira Martins, são mais discretos. Ao Senado, os homens simpáticos à LDR são Fábio Motreles, pelo PDS e Fernando Verguete, pelo PTB. Menções à presidente eleita da Federação dos Agricultores do Estado de São Paulo (FAEP) e Verguete é diretor da Sociedade Rural Brasileira.

STR de Francisco Santos, **Joaquim Pedro** que concorre a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores com o número 13.199. Comprometido com o sindicalismo rural combativo, **Joaquim Pedro**, vem da militância nas Comunidades Eclesiais de Base e do trabalho de educação sindical na região de Picos, uma das mais importantes do Estado, onde agora ocorrem fortes movimentos religiosos e sindicais de base. **Joaquim** já assumiu um compromisso com o Movimento Sem Terra do Piauí: caso seja eleito, além de dar 40% de seu salário para o Partido, contribuirá com 20% para a organização dos sem terra.

SEM TERRA - 6

Figura 3 - Recorte do Jornal Sem Terra divulgando candidaturas petistas para as eleições de 1986.

Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra

No ano seguinte, os Cadernos de Formação N°12 são lançados pelo MST, trazendo como temática o 3º Encontro Nacional do Movimento, no qual as prioridades eram: organização da base, formação da militância, articulação com a cidade e organização dos assentados. Nesse momento, o MST se dedica a ampliar a força do movimento por meio do estreitamento de laços com os sindicatos e os trabalhadores nas cidades. Além disso, o reforço na construção da CUT pela militância foi colocado em pauta, assim como o incentivo à participação político-partidária. Ainda que inicialmente ao citar a aliança com partido político o PT não seja explicitamente mencionado, nota-se pela prática que se tratava da única organização partidária disposta ao diálogo com os trabalhadores rurais. Ao final do documento, uma parte é separada para mencionar as presenças importantes que trouxeram apoio ao 3º Encontro Nacional do MST. Em primeiro lugar na lista, está o nome de Luis Inácio Lula da Silva, à época presidente nacional do PT. Destaca-se a presença da forte representação da CUT, da CPT e, como fruto do trabalho coletivo, dois deputados

estaduais e um deputado federal, todos nomes do PT que haviam recebido apoio do MST em 1986 e agora participavam da assembleia constituinte. (MST, 1987)

Consolidados os laços entre partido e movimento, o estreitamento ocorreu de forma subsequente. Já em 1988, o MST demonstra proximidade com a candidatura de Lula para a disputa presidencial, que aconteceria no ano seguinte. Novamente, por meio do Jornal Sem Terra, a formalização dessa adesão pode ser observada:

A proposta política do PT é a implantação de um programa de governo popular. Criar formas para que os trabalhadores dirijam de acordo com os interesses das grandes massas. O programa agrário do PT, define a necessidade de desapropriar todos os latifúndios, e as terras de empresas multinacionais. (JORNAL SEM TERRA, out. 1988, p 10).

Na mesma edição, é trazida uma matéria sobre a candidatura de trabalhadoras rurais, militantes do MST, nas eleições municipais do mesmo ano por meio da legenda do PT.



Figura 4 - Recorte do Jornal Sem Terra entrevistando candidata às eleições de 1988.
Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra

Nos anos seguintes, as plataformas de agitação e propaganda do MST continuaram o apoio institucional às candidaturas do PT, em especial à figura de Lula na Presidência da República. A liderança petista, em entrevista realizada em 1994 pelo Jornal Sem Terra, foi perguntada sobre como seria a realização da reforma agrária em seu governo e, diferentemente de outros momentos, em que o presidenciável aderiu integralmente às propostas do MST, nesta corrida eleitoral, a resposta se deteve em discorrer dentro do programa estabelecido pelo Partido: “A reforma agrária que eu vou realizar no meu governo se baseia no programa para a agricultura que o PT aprovou no encontro nacional” (LULA, 1994 apud JORNAL SEM TERRA, set. 1994, p. 8).

Ainda que, neste momento, o Partido fosse construído ativamente por militantes Sem Terra que estavam na luta pela reforma agrária, a posição demonstra uma centralização da disputa política via PT. Além disso, dá indícios de um reposicionamento paternalista, o qual coloca os Governos em posição de “conceder” conquistas ou atender reivindicações, desconsiderando a postura histórica do Movimento de participação na construção de suas demandas por meio de seus mecanismos de ação e luta. Tal postura é observada novamente na mesma entrevista

Agora, reforma agrária não é somente dar a terra, junto o governo tem que procurar levar assistência técnica, luz elétrica, telefone, atendimento médico e estimular a implantação de agroindústrias e de indústrias no interior, para criar empregos e gerar mais renda no meio rural. Só assim se cria alternativa para a juventude do campo não precisar ir para a cidade. Além de atender as demandas dos acampados e assentados, nosso programa vai favorecer também o pequeno agricultor. (LULA, 1994 *apud* JORNAL SEM TERRA, set. 1994, p. 8)

Nas eleições municipais de 1996, o Movimento apoiou e construiu novamente candidaturas do PT, que comemorou vitórias eleitorais significativas, alcançando êxito na disputa de mais de 100 prefeituras (JORNAL SEM TERRA, 1996). Em 1998, nota-se uma mudança na estratégia ao disputar o pleito presidencial: sai o foco em divulgar a candidatura de Lula, e entram os processos de denúncia do governo FHC, candidato à reeleição. No período de seu mandato, o ex-presidente apoiou e promoveu políticas de ataque direto ao movimento sem-terra, tendo sido conivente com a violência no campo praticada pelos latifundiários, e difundindo na mídia e no eleitorado estatísticas corrompidas sobre a democratização da terra em seu governo (JORNAL SEM TERRA, 1998). Das 10 edições do Jornal Sem Terra publicadas em 1998, 7 traziam críticas explícitas a FHC em sua capa.

Enquanto isso, a posição do PT enquanto aliado estratégico manteve, porém, o espaço para críticas ao processo de flexibilização do partido frente ao agravamento da realidade social. Também em 1998, na edição de outubro, o Jornal Sem Terra traz Wladimir Pomar como entrevistado e, em dado momento, o jornalista e militante é questionado sobre o porquê de o PT e o Lula não conseguirem organizar a insatisfação popular em um movimento de massas, mesmo diante de condições objetivas para viabilizarem esse cenário. A resposta traz um posicionamento consciente e crítico:

O que um partido como o PT poderia fazer era manter uma posição firme para denunciar essa situação, para quando amadurecerem as condições de luta existir a referência. Só que o PT não fez isso. O que o PT fez a partir de 90?

Ele acabou perdendo de vista essa possibilidade (POMAR, 1998 JORNAL SEM TERRA, n.183, out. 98, p.5)

Com a chegada dos anos 2000, e novas eleições municipais, mais uma vez o posicionamento crítico aos rumos do Partido dos Trabalhadores é exposto no Jornal Sem Terra. Dessa vez, o porta-voz é Valter Pomar, 3º Vice-presidente nacional do PT entre 1997 e 2005, e sua matéria foi publicada sob o título “Maré vermelha ou onda rosa?”. Em linhas gerais, o petista expôs a sua preocupação com a tomada de decisões no partido que considerassem, como prioridade, as vitórias eleitorais e, por consequência, construíssem um programa de pouco diálogo com as demandas dos trabalhadores (POMAR, 2000 *in* JORNAL SEM TERRA nov. 2000). Na visão de Valter, o ‘PT cor-de-rosa’ “seria exatamente aquele preocupado com as questões municipais, com administrar bem, deixando de lado a crítica ao governo FHC, as propostas alternativas ao modelo econômico e a defesa do socialismo.” (POMAR, 2000 *in* JORNAL SEM TERRA, n. 205, nov. 2000, p.4). Dos diversos pontos de análise acertados por Pomar, a edição do jornal dá destaque para a frase “A maior parte da oposição inclina-se pelo nacionalismo moderado, com maior ou menor concessões ao neoliberalismo (...) os partidos da onda rosa traíram os trabalhadores” (POMAR, 2000 *in* JORNAL SEM TERRA, n. 205, nov. 2000, p.5).

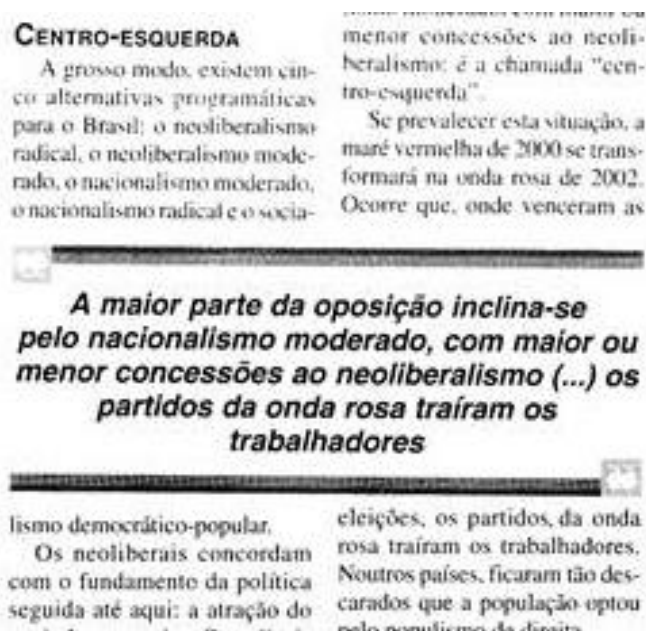


Figura 5 - Recorte do Jornal Sem Terra de 2000 no qual a edição dá destaque à frase de Valter Pomar citada no texto.

Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra

Com a eleição de Lula em 2002, o editorial “uma vitória do povo” manifesta:

De nossa parte, acreditamos que estamos vivendo um momento histórico para poder avançar a Reforma Agrária. Poderemos unir duas forças indispensáveis: de um lado, um governo popular e, de outro, os camponeses se organizando e se mobilizando. Nosso inimigo comum é o latifúndio. (JORNAL SEM TERRA, n. 225, nov. 2002, p.2).

Em manifesto dirigido ao presidente Lula e ao povo brasileiro, a coordenação nacional do MST traz um apanhado da conjuntura política em torno da questão agrária, denunciando o modelo neoliberal de FHC e os problemas de justiça social no campo causados pela lógica latifundiária. Ainda que seja demonstrada a esperança das lideranças do movimento de avanços concretos diante de um governo popular, não é abandonada a leitura crítica da realidade, a qual reconhece os empecilhos da democratização da terra impostos pela institucionalidade e a importância da luta organizada dos trabalhadores rurais para vencê-los. (JORNAL SEM TERRA, nov. 2002)

Já em 2004, ano de eleições municipais, as críticas ao governo Lula e seu modelo conciliatório são aparentes no MST. O editorial do jornal Sem Terra de outubro de 2004 foi assinado também pela Direção Nacional do Movimento e traz como temática “quem ganhou e quem perdeu no processo eleitoral”. Duas questões da conjuntura criticadas pelo movimento valem destaque. Primeiramente, nota-se uma diferenciação entre o que significa vitória para os partidos políticos e o que é vitória do povo na luta de classes:

Nessas eleições, todos os partidos se declararam vitoriosos, seja pela quantidade de votos, seja pelo número de prefeituras conquistadas (...) Mas quem saiu perdendo nessa eleição foi a própria política e a ideologia de classe, como um todo. Não houve discussão de projetos políticos para a sociedade. (JORNAL SEM TERRA, n. 245, out. 2004, p.2).

Em segundo lugar, a soberania alimentar é colocada em pauta, denunciando a postura do governo ao ceder à liberação da soja transgênica por pressão do agronegócio e das multinacionais. O editorial ressalta, ainda, que a decisão foi tomada por meio de Medida Provisória, ou seja, editada pelo Presidente da República, e desconsiderou possíveis impactos ambientais e a própria opinião da população em pesquisa feita por ONGs ambientalistas. (JORNAL SEM TERRA, 2004).

Para 2006, quando Lula é reeleito, a leitura do MST sobre a conjuntura social demonstra uma postura crítica que não se afeta ou se contradiz pelo descaso institucional. Ao contrário do que era esperado nas eleições gerais anteriores, o primeiro governo petista não rompeu com as políticas neoliberais e de favorecimento do agronegócio. Além de pontuar essa realidade, a direção nacional do movimento

criticou a despolitização da campanha eleitoral e o seu conseqüente afastamento das demandas populares, que abriu ainda mais espaço para a utilização da grande mídia na defesa dos interesses da classe dominante (JORNAL SEM TERRA, set-out. 2006). Ainda que o editorial anterior ao segundo turno demonstre esperança na reeleição de Lula para um mandato de cumprimento de promessas, a tarefa central para os movimentos sociais é reforçada de modo a romper com ilusões:

aos movimentos sociais, cabe priorizar suas energias nas tarefas estratégicas de trabalho de base, formação de militantes, e estímulo às lutas sociais. Somente assim vamos alterar a correlação de forças. As mudanças só vão acontecer através do povo organizado (JORNAL SEM TERRA, set-out. 2006, p.2).

Não foram encontrados registros nos documentos oficiais do MST do posicionamento frente às eleições municipais de 2008. Em contrapartida, o posicionamento crítico ao governo torna-se mais aparente, ainda que as relações estratégicas com o PT tenham se mantido. Em 2010, a direção nacional do movimento se posiciona mais uma vez no editorial do Jornal Sem Terra publicado anteriormente ao segundo turno das eleições gerais, o qual seria disputado entre Dilma Rousseff (PT) e José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Primeiramente, a “nota do MST ao povo brasileiro” trouxe um importante aspecto que se consolidou enquanto uma estratégia do movimento frente às decepções com o governo: os esforços do MST no primeiro turno se direcionaram para eleger parlamentares e governadores alinhados com os interesses da classe trabalhadora e, no âmbito presidencial, a derrotar o candidato que representasse os interesses da elite econômica, no contexto, José Serra. A leitura de conjuntura feita no texto reprova a postura da candidata Dilma ao optar pela divulgação dos indicadores econômicos e sociais do governo Lula ao invés do debate de projetos políticos para a sociedade (JORNAL SEM TERRA, out. 2010). Novamente, é criticada a precariedade de propostas democráticas e populares no âmbito das campanhas centradas no marketing político: “cabe uma autocrítica aos partidos que se limitam às campanhas para dialogar com a sociedade, sem trabalho de base e formação política permanente.” (JORNAL SEM TERRA, out. 2010, p.2). A posição definida para o segundo turno foi de derrotar o projeto neoliberal concentrado na figura de José Serra, que, com fator agravante, reivindicava o legado de FHC, cuja política praticada nos mandatos atacou fortemente os trabalhadores rurais e suas reivindicações (JORNAL SEM TERRA, out. 2010).

Para as eleições de 2014, o cenário político brasileiro estava ainda mais complexo do que o habitual. As jornadas de junho de 2013 foram carregadas de insatisfação popular, em especial da juventude, e reivindicavam pautas que batiam de frente com a agenda neoliberal: tarifa zero, direito à cidade, insatisfação com o sistema político, com a hegemonia dos bancos e revolta diante das obras de infraestrutura realizadas para a Copa do Mundo que seria sediada pelo Brasil no ano seguinte. As eleições gerais, mesmo diante da conjuntura, foram marcadas pela despolitização e desconexão dos candidatos com os eleitores e suas demandas. Diante disso, a direção nacional do MST manifesta:

Nesse atual estágio da luta de classe, o nosso entendimento é que as disputas eleitorais são táticas. Devemos orientar o voto nas candidaturas de esquerda, que defendam a Reforma Agrária e que estejam envolvidas em nossas lutas diárias. Devemos apresentar o nosso Programa de Reforma Agrária Popular a todos os candidatos de esquerda e para o conjunto da sociedade. Neste momento, o MST, como organização política, não irá apoiar nenhuma candidatura específica, e cabe aos dirigentes nacionais e estaduais manterem a unidade dessa deliberação. Esperamos que a necessidade de um projeto popular para o país retome a centralidade do debate político, para que a população e a militância social se debruce sobre a natureza dos problemas e encontre os caminhos históricos de sua solução. (JORNAL SEM TERRA, jul-ago, 2014, p.2)

Para o segundo turno, disputado entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, o MST e os demais movimentos populares se posicionaram pela derrota do candidato do PSDB. Porém, havia uma opinião consolidada de que o governo reeleito não estava se dedicando em atender as demandas populares. Em nota de leitura de conjuntura lançada em setembro de 2015 — menos de um ano após a reeleição de Dilma —, a direção nacional do MST manifesta a insatisfação do movimento:

consideramos que o governo Dilma está implementando medidas de ajuste neoliberal, que ferem direitos dos trabalhadores e cortam investimentos sociais. Manifestamos nosso total desacordo com a atual política econômica. E exigimos que, no mínimo, a presidente implemente o programa que a elegeu.¹⁵

Desde o momento inicial de aliança estratégica com o PT, no qual a organização ainda demonstrava consonância com as demandas da classe trabalhadora, existia clareza para os militantes do MST da separação entre o movimento e o partido (STÉDILE; FERNANDES, 2012) . Com o passar dos anos, a percepção dos Sem Terra acerca do partido e da institucionalidade como um espaço

¹⁵ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST lança nota sobre o atual momento político e a Reforma Agrária, 13 de set. 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/09/13/mst-lanca-nota-sobre-o-atual-momento-politico-e-a-reforma-agraria/> Acesso: jul. 2024.

a ser usado taticamente em benefício das lutas sociais se fortaleceu. Contudo, a complexidade dessa relação se intensificou com as mudanças drásticas de conjuntura.

Em 2015, a Câmara dos Deputados, com forte presença da direita e liderada por Eduardo Cunha (MDB), fortalecia o que viria a ser o maior período de ataques aos direitos dos trabalhadores no Brasil. Havia, à época, um grande sentimento de insatisfação da classe política hegemônica com a vitória de Dilma. Ainda que o PT se submetesse a atender aos interesses dos detentores do capital, a tentativa mínima de articulação dessas demandas com as reivindicações populares não é o que a burguesia espera, muito menos o que aceita. Já ao final de 2015, a articulação para o Golpe contra Dilma teve início e, em nota, o MST se posicionou repudiando o processo e mantendo sua criticidade:

Salientamos a necessidade de o Governo Dilma assumir a pauta que a elegeu em 2014 e fazer um mandato que defenda a classe trabalhadora. Porém, não aceitamos nenhum tipo de golpe e vamos defender o mandato da Presidenta legitimado pelas urnas. Ao mesmo tempo, continuaremos lutando para combater a atual política econômica de viés neoliberal, implementada no segundo mandato da Presidenta Dilma, que penaliza a população brasileira, promove um retrocesso nos direitos trabalhistas, beneficia o capital rentista e sinaliza a entrega das nossas riquezas naturais à rapinagem do capital internacional.¹⁶

Com o impeachment aprovado em abril de 2016, o ataque aos direitos do povo pelas elites políticas e econômicas se intensificou. Sob o governo antidemocrático de Michel Temer, houve a Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC 95/2016), a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), a proposta de reforma da previdência (PEC 287/2016), entre outras medidas de austeridade fiscal que impactaram diretamente os programas de assistência social e encerraram, definitivamente, o debate sobre reforma agrária no âmbito institucional. Os movimentos populares seguiram organizados na tentativa de enfrentar as consequências do golpe; porém, os meios de comunicação hegemônicos ofereceram sustentação ao discurso neoliberal, sob a justificativa de crise econômica.¹⁷

¹⁶ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, Em nota, MST repudia tentativa de golpe contra a presidente Dilma, 04 dez. 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/12/04/em-nota-mst-repudia-tentativa-de-golpe-contra-a-presidente-dilma/> Acesso em: jul. 2024

¹⁷ TATEMOTO, Rafael. 5 momentos em que a Rede Globo agiu a favor do golpe parlamentar. 31 ago. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/31/5-momentos-em-que-a-rede-globo-agiu-a-favor-do-golpe-parlamentar> Acesso em: jul. 2024

Ao alimentar o processo de derrubada da ex-presidenta Dilma, a mídia fortaleceu, simultaneamente, o crescimento de discursos da extrema-direita, já com bases consolidadas em um país em que a misoginia, o racismo e a LGBTfobia fazem parte do cotidiano das pessoas. O MST, que historicamente — mesmo diante de governos petistas — combateu as difamações propagadas pelo discurso hegemônico, teria um inimigo mais perigoso para enfrentar: Jair Messias Bolsonaro. As eleições de 2018 têm um papel histórico na luta de classes no Brasil: em entrevista, João Pedro Stédile demonstra como, diante de uma drástica conjuntura, a visão dos Sem Terra sobre o voto não está mais apenas no campo da estratégia, mas no da sobrevivência:

“As eleições de outubro têm uma importância histórica para a classe trabalhadora e todo povo. Nunca tinha ocorrido em eleições uma situação tão clara de luta de classes. (...) O ‘povão’ não conseguiu se mobilizar para defender o governo Dilma e agora, derrotado pelo desemprego e pela desigualdade social, não tem tido capacidade de fazer grandes mobilizações. Então, nossa arma agora é o voto.”¹⁸.

Com a vitória de Bolsonaro, o poder concedido ao agronegócio teve impacto drástico na violência registrada em zonas rurais. Em relatório publicado pela Comissão Pastoral da Terra durante o primeiro ano de governo Bolsonaro, revelou-se que o número de conflitos registrados no campo foi o maior desde 2009, com aumento de 14% no índice de assassinatos¹⁹. Com o agravamento geral da conjuntura, há um aspecto importante da relação entre MST e PT a ser observada: reaproximação para organizar a oposição. A prisão de Lula, também em 2018, levou à organização de uma vigília com participação das entidades e outras centrais sindicais pela liberdade do ex-presidente. No geral, o contexto foi marcado por um alinhamento maior entre as pautas a serem reivindicadas, diante do inimigo em comum.

A chegada da pandemia de covid-19 não apenas dificultou a evolução desse processo, como também representou um período de resistência ainda pior à política de descaso e morte do governo Bolsonaro. As articulações aconteciam com maior dificuldade, pelas redes sociais; porém, quando puderam acontecer, respeitando as medidas de proteção à saúde, os atos pelo ‘Fora Bolsonaro’ foram marcados por forte adesão popular. O PT e o MST foram articuladores essenciais do processo, ao lado

¹⁸ MIRANDA, Eduardo. Stedile: “Nesta eleição a disputa é de classes: quem está com o povo e contra ele.” 13 set. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/09/13/stedile-nesta-eleicao-a-disputa-e-de-classes-quem-esta-com-o-povo-e-contra-ele/> Acesso em: jul. 2024

¹⁹ BARBOSA, Catarina. Com Bolsonaro, número de conflitos no campo é o maior dos últimos 10 anos. 17 abr. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/17/com-bolsonaro-numero-de-conflitos-no-campo-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos/> Acesso em: jul. 2024

de outras organizações de esquerda. Bolsonaro se manteve como presidente até o último dia no mandato, mesmo diante dos crimes cometidos contra a população. Para as eleições gerais de 2022, os Sem Terra apoiaram a reeleição de Lula desde os primórdios da disputa e, como uma novidade, o Movimento lança pela primeira vez suas candidaturas. O PT, diante da aliança histórica, foi o partido pelo qual os 15 candidatos ao legislativo, postulados pela direção nacional do MST, disputaram o pleito de 2022. Pela primeira vez, a própria militância Sem Terra impôs a sua presença na institucionalidade para representar os seus interesses reconhecendo, inclusive, que a pressão hegemônica em lideranças petistas fez com que, no passado, abandonassem pautas de extrema importância para os trabalhadores, em especial, a reforma agrária.

Dos militantes candidatos, 6 se elegeram, e o Movimento pretende, em 2024, dar continuidade na estratégia que seria de “contraofensiva” institucional. Ao longo da história, notou-se que as demandas populares e o espaço de luta compartilhado foi o que uniu Partido dos Trabalhadores e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Porém, com o passar dos anos, constatou-se que o alinhamento ideológico e prático enfraqueceu entre as organizações e, diante disso, o MST aproveitou para fortalecer sua autonomia e suas lutas. Ainda que os governos petistas não cumprissem com suas promessas de realização da reforma agrária, o espaço minimamente democrático de reivindicações e de estratégia de ocupação era garantido, ao contrário do que aconteceu em gestões como de FHC, Temer e, principalmente, de Bolsonaro. É nítido que os Sem-Terra compreendem as contradições dos espaços institucionais em um sistema capitalista, e posicionam o PT enquanto um aliado por meio do qual, historicamente, o uso da plataforma política possibilitou o escoamento das suas demandas. Apesar de essas demandas não terem alcançado resultado prático na institucionalidade repetidamente governada pelo PT, os recursos disponibilizados ao Movimento, dos mais diversos, é que apoiam a militância no processo de organização da reforma agrária popular e das demais lutas sociais. Ao analisar o posicionamento das direções do MST, foi possível notar a percepção de que é por intermédio de tarefas autônomas dos movimentos que as conquistas concretas são garantidas, conquistas que não são facilmente levadas com a conjuntura política.

5. O Partido dos Trabalhadores

5.1. A hegemonia burguesa no pensamento petista

O surgimento de outro importante objeto de análise deste trabalho, o Partido dos Trabalhadores, foi citado em outros momentos. Contudo, para analisar a relação do PT com os movimentos populares e a temática socioambiental, é essencial desenvolver sobre a evolução político-ideológica do partido associada aos processos de consolidação e ascensão eleitoral. Para tratar sobre o tema, as ideias de Valter Pómar, militante e ex-dirigente do partido, serão essenciais. O historiador em sua tese “A Metamorfose - Programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005” busca compreender como a práxis política do PT sofreu influência, ao longo dos anos, da hegemonia burguesa. Entendendo a estrutura hegemônica enquanto um grande catalisador das tensões entre movimentos sociais e partidos políticos, a proposta é de grande valor. A partir dos insumos proporcionados por Pómar, outros momentos da história política do partido poderão ser abordados numa proposta de sintetizar a trajetória do PT pós-2005 diante da institucionalidade burguesa.

Anteriormente a esse debate, como forma de introduzir acerca dos processos de gênese do partido, a obra organizada por Emir Sader, em 1986, “E agora PT? Caráter e identidade”, proporciona elementos importantes. O sociólogo, durante a apresentação da obra que reuniu, à época, relevantes militantes do partido, diz que o “livro nasceu da necessidade de refletir sobre o caráter do PT (...) a partir do seu papel de mediação na luta dos trabalhadores para se constituírem como força política hegemônica no Brasil” (SADER et al, 1986, p.7). O contexto de surgimento do Partido dos Trabalhadores tem eventos históricos de maior conhecimento — alguns deles já citados anteriormente —, como o fim do bipartidarismo e um processo de luta organizada da sociedade civil que se fortaleceu, ainda mais, na insatisfação do sindicalismo com a postura antissindical do Estado Ditatorial brasileiro. Porém, há um outro aspecto essencial da gênese do PT que é de comum acordo entre os quadros contribuintes da obra: os trabalhadores que fundaram o partido não tinham como objetivo apenas a derrubada da ditadura militar, “queriam mais, queriam ir além da democracia burguesa. Queriam o socialismo.” (SAMPAIO *in* SADER, 1986, p.116).

Vale ressaltar que, até então, na história da esquerda brasileira, o partido de preponderância na organização da classe operária era o PCB, mas a postura defensiva e de pouca combatividade, muitas vezes adotada no decorrer da sua trajetória (e, principalmente, na ditadura), impôs um caráter de derrota na estratégia partidária. No momento em que o AI-2 caiu, ainda existia, por parte do PCB, do PCdoB e do MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), a intenção de continuidade de construção de uma ala supostamente socialista do MDB para, apenas em um momento posterior, erguer a bandeira da organização de um partido de massas. Mas havia uma insatisfação dos trabalhadores e de outros grupos organizados da SC com o processo de dependência política que se tornava nítida em convenções, congressos e reuniões sindicais. Persistir no apoio a programas e figuras que não repercutiam as demandas populares não era mais uma opção e, então, no ano de 1980, nasce o PT:

da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados. Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980)

Como, portanto, a trajetória do pensamento petista saiu da defesa de emancipação de classes, com propostas de combate ao capitalismo, para um cenário de conciliação de classes e cessão aos interesses burgueses? Para tratar sobre o desenvolvimento político-ideológico do PT, Pomar utiliza das resoluções aprovadas pelo partido, compreendendo as limitações da metodologia, mas também que a escolha parte de um objetivo geral de apresentar como evolui a opinião da organização partidária sem se apegar a aspectos restritivos.

O historiador percebe que, em seus primeiros anos de vida, o PT aprovou resoluções bastante econômicas de análise do contexto brasileiro, preterindo a avaliação de aspectos da realidade social. Uma das primeiras exceções, que se

dedicou a examinar a estrutura da sociedade, a expor os mecanismos de exploração dos trabalhadores pelo Capital, e a propor formas de organização da classe operária, é de 1986, do 4º EN (Encontro Nacional) do Partido. Fortalecendo esse método, o documento aprovado no Encontro seguinte, após análise da conjuntura nacional, afirma que “a conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987 *in* POMAR, 2005, p. 141). Em contrapartida, as resoluções de 1989 e 1990 se debruçaram na leitura e interpretação dos processos vigentes — como a realização das primeiras eleições gerais diretas do Brasil — interrompendo a evolução do diagnóstico histórico-estrutural do país na visão petista. A escolha poderia ter-se dado num contexto de satisfação com o que já havia sido discutido e acatado anteriormente; porém, com o 1º Congresso do Partido (1991) é inaugurado, oficialmente, um cenário de debate teórico sobre o socialismo, com pouca preocupação de inseri-lo no debate já existente sobre a natureza da formação social brasileira (POMAR, 2005).

Essa resolução se propõe a fazer um resgate do que já havia sido trabalhado em 1986 e alerta, inclusive, para a necessidade de atenção a elementos centrais da construção do socialismo no Brasil, entre eles: conhecimento da realidade concreta do país, conhecimento da prática dos movimentos sociais, conhecimento e balanço das experiências do socialismo no mundo e o conhecimento das tendências internacionais do desenvolvimento do capitalismo (POMAR, 2005). Porém,

muito ao contrário de ser o ponto de partida para uma investigação ambiciosa a respeito destes e de outros elementos, a resolução do Primeiro Congresso inaugurou um período em que as reflexões do Partido não se propuseram a pretensão de formular uma narrativa de largo alcance sobre a sociedade brasileira, no qual estaria inserida a atuação estratégica e tática do Partido. (POMAR, 2005, p.143)

No 8º e no 9º Encontro Nacional do PT, de 1993 e 1994, os esforços estratégicos da ala denominada de “esquerda petista” traziam novamente as resoluções aprovadas no 5º e 6º EN. Contudo, com a vitória da ala moderada do partido no 10º Encontro, de 1995, nota-se uma mudança do discurso de defesa do socialismo para combate ao neoliberalismo, que seria feito por meio da reformulação da estratégia de poder, do desenvolvimento de um projeto para o partido e para a sociedade. A proposta não é executada nem em 1995, nem em 1997 — ano de realização do 11º EN —, e, diante da derrota nas eleições gerais de 1998, o 2º

Congresso Partidário faz a avaliação de que “faltou às propostas do PT e das esquerdas uma visão mais aprofundada das transformações em curso no mundo e no capitalismo brasileiro” (POMAR, 2005, p. 144). Ainda que posteriormente tenha havido tentativas de esboçar essa análise, Valter Pomar resume que

as resoluções partidárias – salvo tentativas pontuais, de reduzido aprofundamento e sem continuidade – não se propuseram a formular uma narrativa de largo alcance sobre a sociedade brasileira, que servisse de base para a luta pelo socialismo em nosso País. (POMAR, 2005, p. 144)

Diante do problema, o historiador elenca três possíveis, e entrelaçadas, explicações. A primeira delas diz respeito ao método de aprovação das resoluções, o qual, em sua visão, dispersava o processo intelectual da militância, produzindo textos de conteúdo diverso e com maior enfoque em polêmicas internas e momentâneas, deixando de lado os problemas alheios ao partido e de caráter duradouro. A segunda diz respeito a uma crescente desvalorização de sínteses explicativas na militância, principalmente as que derivavam de longas análises estruturadas na luta de classes e na formação social do Brasil, ou seja, análises provenientes da aplicação do materialismo histórico dialético. Por fim, a terceira e última explicação elencada é aquela que desenvolve reflexões muito caras ao observar a hegemonização do PT.

O contexto histórico por volta dos anos 90, quando a percepção classista e anticapitalista do PT sobre a realidade social começa a mudar, foi marcado pela crise das experiências socialistas e a implementação de uma agenda neoliberal. A investigação de Pomar evidencia que a reação de alguns setores petistas foi de mimetização de princípios teóricos e programáticos de origem neoliberal — a exemplo da ênfase dada ao crescimento econômico como maneira de superar os problemas sociais. E, de forma complementar, “a regressão imposta por uma década de crise econômica combinada com as reformas neoliberais, ressuscitou questões e soluções típicas dos anos 1950” (POMAR, 2005, p. 147), entre elas, o desenvolvimentismo.

Crescia uma contradição, portanto, na qual se observava o mesmo partido que se debruçou na crítica às teorias desenvolvimentistas aproximando o seu conteúdo programático às variações da tese do desenvolvimento. Retomando a história do PT, o partido se consolidou enquanto uma alternativa de independência da classe trabalhadora enquanto outras organizações, como o PCB, não se propuseram ao mesmo feito. Em partes isso ocorreu, justamente, por ideia de uma fração da esquerda brasileira de que o capitalismo existente no país não era plenamente desenvolvido.

Dessa forma, esses grupos partiam em defesa de um etapismo para alcançar a sociedade socialista, o qual compreendia, como uma de suas fases, a evolução das forças produtivas e do processo predatório de exploração. Já a parcela da esquerda que apoiou a fundação do PT entendia que o capitalismo estava, sim, avançado no Brasil e que as características de dependência do norte global eram parte componente, e não antagônica, do amadurecimento capitalista na periferia do mundo. Por não se dedicar ao fortalecimento dessa tese no seio do Partido e, assim, negligenciar a proposição de mecanismos de organização de classe para enfrentar as ofensivas do Capital, o Partido dos Trabalhadores, em movimento de retrocesso, volta à defesa das teses desenvolvimentistas. Pomar acrescenta, ainda, que

simultaneamente ao movimento de abandono das classes e da luta de classes como princípio organizador do pensamento e da ação do petismo, outras categorias assumem o papel de organizador geral do pensamento do PT: a ética na política, a solidariedade, o combate à exclusão, o desenvolvimento e a defesa da Nação. (POMAR, 2005, p. 157)

Outro importante aspecto de análise trazido pelo historiador diz respeito ao projeto democrático e popular reivindicado pelo PT. Quando tratado nas resoluções dos anos 80, o projeto democrático-popular foi concebido enquanto uma estratégia para disputar a hegemonia do pensamento político no Brasil em defesa do socialismo. A partir dos anos 90, a ideia é generalizada e passa a ser aplicada em detrimento do sentido inicial, de organização da luta de classes, adotando um aspecto eleitoreiro. No geral, a limitação da ação política pela classe dominante é um ponto que contribui para a hegemonização burguesa das ideias petistas. O momento histórico em que o projeto democrático-popular perde seu sentido original coincide com uma expansão do PT na gestão dos municípios, e o “jeito petista de governar”, marcado por uma suposta habilidade de gerir o aparelho burocrático-burguês, passa a compor uma imagem publicitária interessante aos objetivos institucionais.

A perspectiva que Pomar traz em 2005, já ao final do primeiro mandato petista na presidência, é de que a metamorfose do PT não teria se concretizado no bojo do partido, mas sim por meio do Governo Lula e sua política econômica social-liberal. Dessa maneira, o autor entende que a continuidade dos debates internos e das disputas de narrativa no partido fez com que a transformação do pensamento político-partidário apresentasse um rumo desconhecido. Ainda que tenham se passado aproximadamente 20 anos desde que Pomar publicou sua obra, e que muitas das vezes esse seja considerado um período curto na historiografia, muitas

transformações ocorreram na conjuntura nacional e envolveram profundamente o Partido dos Trabalhadores. Dessa forma, reflexões importantes sobre a hegemonização burguesa do pensamento petista podem ser trazidas observando o avanço dos eventos na história.

É possível citar: (i) o escândalo do mensalão, em 2005, que abalou a legitimidade do governo Lula, especialmente em função dos ataques recebidos pelo PT diretamente da mídia hegemônica; (ii) a reeleição de Lula, em 2006, que esteve muito atrelada ao discurso desenvolvimentista dos avanços econômicos e, para manter essa imagem, teve de restringir ainda mais as propostas de reforma pela base no segundo mandato, cedendo progressivamente aos interesses das classes dominantes (e vale destacar que, mesmo na estratégia de conciliação, os governos petistas propuseram avanços progressistas no contexto institucional que, ainda que não fossem estruturais, eram de incômodo da burguesia); (iii) a eleição de Dilma em 2010, primeira mulher eleita presidenta no Brasil, que deu continuidade ao processo de investimento em infraestrutura, típico do desenvolvimentismo, e enfrentou uma conjuntura complexa. De um lado, a insatisfação das classes dominantes com as derrotas eleitorais criava na sociedade política um clima de ingovernabilidade para a presidenta, o qual se apoiava no tradicional conservadorismo brasileiro — com elementos machistas, preconceituosos e elitistas. No outro ângulo, havia também insatisfação dos movimentos populares com a dificuldade dos petistas, que agora estavam há mais de 10 anos no executivo federal, de cumprir com o que prometeram à classe trabalhadora, um governo democrático-popular pautado na independência de classe (as jornadas de junho de 2013 ilustram bem esse cenário); (iv) a reeleição de Dilma em 2014, com resultados acirrados, que causou uma revolta da classe dominante diante da derrota de seu candidato Aécio Neves (PSDB) e uma progressiva insatisfação do povo com a falta de um programa político representativo; (v) o golpe em Dilma Rousseff, em 2016, que foi consequência da aglutinação de todos esses processos e marcou o início de um período reacionário, de contrarreformas, e de crescimento de uma extrema-direita marcada não apenas pelos retrocessos em políticas econômicas de cunho social-liberal, garantindo uma vitória do neoliberalismo, mas também por um estreitamento dos direitos básicos do Estado Democrático de Direito para as minorias sociais; (vi) a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro, em 2018, que demonstraram a disposição do aparato burocrático a manter as

contrarreformas e a ascensão neoliberal, ainda que isso significasse, novamente, atentar contra a democracia formal e garantir a chegada de um político da extrema-direita ao poder; (vii) a pandemia do Covid-19, que levou aos oprimidos e oprimidas as consequências das decisões impostas pela classe política dominante, ocasionando mais de meio milhão de mortos devido à negligência e ao anticientificismo da gestão de Bolsonaro; e, entre os acontecimentos mais recentes, (viii) a eleição de Lula, como uma esperança de restauração democrática no Brasil.

Apesar da derrota nas eleições gerais para a presidência, o fenômeno do bolsonarismo se mantém nos parlamentos, nos governos de estado, nas prefeituras, nas vereanças do país e, principalmente, na concepção da realidade social de muitos brasileiros. A frente ampla estabelecida para que Lula chegasse à presidência em 2022 representa uma dificuldade para se estabelecer um programa verdadeiramente de esquerda que dispute ideologicamente a consciência política da população. Esse parece ser o desafio do PT ao longo de sua história; porém, ele se dá num cenário em que prevalece a disputa interna sobre os rumos do partido, possível de ser percebido na resolução do 6º Congresso de 2017, quando uma posição autocrítica foi aprovada:

mudar o Brasil implica conquistar governos, mas exige principalmente construir um novo poder. E construir um novo poder é uma tarefa das organizações da classe trabalhadora, dentre as quais o próprio Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, talvez um de nossos maiores erros tenha sido acreditar ser possível terceirizar, para os governos, tarefas políticas, sociais e culturais que cabiam antes de tudo ao próprio Partido. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2017, p. 31)

Com o que vem sendo implementado pelo governo Lula até o primeiro semestre de 2024, nota-se a dificuldade da militância em cumprir com o proposto. Em geral, as demandas impostas na briga pela institucionalidade, que exige recursos humanos e financeiros, parece ter conseguido desviar o PT do objetivo de disputar um projeto de poder, ao invés de um projeto de governo. A própria ideia de que estar à frente do governo é algum tipo de vitória demonstra a deturpação da estratégia inicial do partido, na década de 80, de construir o socialismo.

Portanto, a hegemonização burguesa do pensamento petista decorre, principalmente, de uma visão idealizada de disputa do Estado Democrático de Direito quando, ao longo da história, foi demonstrada a disposição desse mesmo Estado às demandas da classe dominante. Sendo assim, não importa que os programas petistas se proponham a conciliar com os interesses da burguesia brasileira — por meio

daquilo que Pomar associou ao mimetismo, um fenômeno biológico no qual determinadas espécies adquirem características de outras muitas vezes buscando se defender —, pois o predador, nesse caso, não admite a sobrevivência de nada que o ameace. Em resumo, a encruzilhada histórica do PT se mantém e, a seguir, veremos como ela se mostra na percepção do partido sobre as pautas socioambientais e na relação com os movimentos sociais.

5.2. A trajetória da relação com o meio ambiente

Como mencionado anteriormente, o período próximo a década de 80 foi um momento de grande articulação dos movimentos sociais em torno de suas demandas. Na tratativa do meio ambiente, a situação não foi diferente: ao mesmo tempo em que o debate ecológico expandia sua visão a partir de discussões sobre a desigualdade social e a afetação das condições da natureza pela exploração capitalista, os movimentos sociais, em especial os sindicais, compreendiam como a degradação ambiental causada pelo processo produtivo os atingia de forma desproporcional. Nas áreas urbanas, questões relacionadas à saúde do trabalhador causadas pela poluição gerada pelas indústrias eram levantadas para a discussão, enquanto, no campo, a liderança de Chico Mendes entre os seringueiros e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais levantava a bandeira da defesa da Amazônia, dos povos tradicionais e da criação de reservas extrativistas (MARQUES, 2014.)

O PT, na posição de um grande articulador das lutas sociais em seu período de surgimento, proporcionou o espaço para importantes discussões acerca do meio ambiente — o que ocorreu, também, pela posição assumida de rompimento com ideias desenvolvimentistas, que iam na contramão do pensamento ecológico que se consolidava à época. O terreno foi fértil, inclusive, para as primeiras discussões sobre ecossocialismo no Brasil, por meio do Núcleo de Ecologistas do PT, criado em 1985 (BARROS, 2018). Em 1988, o grupo lança o primeiro manifesto ecossocialista do Brasil, com quarenta e um princípios básicos para a construção de uma sociedade ecossocialista. O documento se propõe a unir os propósitos de justiça social e proteção ambiental e desfere críticas ao capitalismo e ao socialismo real por darem prioridade ao desenvolvimento econômico em detrimento da natureza e do bem-estar humano. Além disso, defende a necessidade de um modelo de sociedade ético que valorize a vida em todas as suas formas, a autogestão, a democracia e a gestão

coletiva dos recursos naturais. Propõe também a reformulação dos padrões de consumo e produção, com foco em tecnologias limpas e na redução da jornada de trabalho. Por fim, defende a solidariedade internacional e a busca por um futuro sustentável e igualitário.

Atualmente, de forma aberta, a única das correntes do PT que se esforça na manutenção de princípios ecossocialistas é a Democracia Socialista (DS). Em 2007, quando foi realizada a VIII Conferência Nacional da DS, a organização militante aprovou em suas resoluções que o ecossocialismo fazia parte da concepção de socialismo. Para identificar como o todo da organização tem se posicionado sobre o tema ao longo da história, serão analisados os planos de governo apresentados pelas candidaturas petistas nas eleições gerais de 1989 a 2022, trazendo os principais elementos de trato com o meio ambiente e observando suas mudanças na história.

Nas primeiras eleições presidenciais disputadas pelo PT, de 1989, o plano de governo apresentado não possui um capítulo exclusivo para tratar sobre o meio ambiente, mas aborda a temática ambiental de forma transversal em outros temas. No caderno dedicado à questão agrária, o programa defendeu que a Amazônia deveria ser encarada como uma frente estratégica a partir da perspectiva dos “povos da floresta”, criticando a perspectiva predatória de extração das riquezas para crescimento econômico ou para enriquecimento de camadas específicas, um processo que deixa de lado a preocupação com o futuro. O plano de governo busca propor mecanismos de participação popular nas tratativas com a natureza, incentivando o envolvimento da sociedade civil nas estratégias de ocupação da região da Amazônia e de fiscalização do impacto social e ambiental do processo. As medidas de governo também propunham a suspensão das políticas de incentivos fiscais na Amazônia e a realização de auditorias em financiamentos e vantagens concedidos, com o cancelamento de projetos que demonstrassem, a partir da análise, o desmatamento extensivo. Como outro ponto positivo, há a proposta de demarcação das terras indígenas e implementação de reservas extrativistas, um importante tópico de defesa à época, muito provavelmente incorporado pela articulação com o movimento de União dos Povos da Floresta. Por fim, o programa propõe controles mais rígidos de outros processos extrativistas, com preferência à adoção de

tecnologias não poluentes, e expõe uma preocupação com os patrimônios nacionais a serem explorados de forma responsável.

No ano de 1994, a temática do meio ambiente possui um capítulo específico para a sua tratativa, denominado “bases ecológicas do projeto nacional de desenvolvimento” — cabe lembrar que a década de 90 marcou as disputas internas do PT em torno de uma perspectiva desenvolvimentista. Acompanhando o debate internacional sobre a pauta, o conceito de sustentabilidade é muito abordado no plano de governo das eleições de 94, que traz algumas diferenças cruciais com relação ao projeto de 89. Primeiramente, a biodiversidade brasileira é tratada enquanto uma vantagem competitiva com relação a outros países, que deve ser explorada “ecologicamente” buscando benefícios políticos nas relações internacionais e incentivando o desenvolvimento no campo nacional. O projeto busca, ainda, diferenciar as suas propostas do que já havia sido feito, em especial pelos militares, em tentativas anteriores de utilização da Amazônia como estratégia de desenvolvimento, denunciando a devastação causada no processo. Defende, assim, a revisão de projetos já implantados, a criação de dispositivos legais para disciplinar a exploração e exportação de recursos naturais, a readaptação e execução de dispositivos de proteção ambiental e a redefinição do papel do sistema financeiro e dos órgãos de desenvolvimento regional, como forma de auxiliar o processo. Toda essa política se apoia na ideia de sustentabilidade.

Avançando com relação ao plano de governo anterior, o documento de 1994 amplia o debate para além da Amazônia, desenvolvendo uma abordagem que perpassa por outros biomas brasileiros. A questão da desertificação da caatinga é trazida, com críticas à inexistência de políticas para evitar o processo e uma denúncia de cunho socioambiental acerca dos recursos públicos destinados a projetos de incentivo à agroindústria na região, que expulsam agricultores tradicionais, fortalecendo uma agricultura química e mecanizada e podendo, ainda, intensificar o êxodo rural. Ao tratar do pantanal, o programa propõe a proibição de projetos agropecuários que não levem em consideração o ecossistema da região, abordando ações de planejamento que se apoiem em diretrizes ambientalistas, considerem as necessidades das comunidades tradicionais, proíbam atividades comerciais como caça e turismo quando forem prejudiciais à biodiversidade local, reivindiquem a

implementação de uma política de ampliação das unidades de preservação, a proibição do garimpo e da mineração em áreas inundáveis e próximas aos rios, entre outras medidas de cunho preservacionista. Ao tratar sobre o litoral e a zona costeira, o plano de 94 aproveita para abordar questões que atingem a vida urbana e aponta para a falta de políticas públicas eficazes para conter o processo de degradação ambiental da região, direcionando propostas para a implementação de programas de controle e monitoramento que tratariam não apenas da qualidade ambiental, mas também de aspectos de poluição, tratamento de esgoto, fiscalização de polos industriais de risco, etc.

Dando continuidade às intenções de fomento da participação popular, o plano de 94 traz novas contribuições aprofundando mecanismos de publicidade e transparência, por meio, por exemplo, da consolidação da legislação ambiental, e também reivindicando a educação ambiental. Seria tanto um processo de educação voltado à reformulação da relação das pessoas com a natureza quanto uma proposta popular centrada no resgate à cidadania e na proposição de reflexões sobre o modelo produtivo vigente. Ainda que, em comparação com o primeiro plano, a abordagem sobre o meio ambiente tenha se complexificado, ela também sofreu com as mudanças na concepção programática do partido, de modo que a visão hegemônica sobre o trato com a natureza prevaleceu nas abordagens.

Para o plano de 1998, não existiu um caderno específico para a tratativa ecológica; contudo, no documento de diretrizes, o meio ambiente aparece enquanto um grande compromisso programático, com as seguintes propostas:

a preservação do meio ambiente e a busca do desenvolvimento sustentado serão princípios do novo governo e estarão presentes no planejamento e na execução de todas suas iniciativas, especialmente nas políticas de infraestrutura, industrial, agrícola, de ciência e tecnologia; trabalho permanente de conservação de espécies e ecossistemas; política florestal de conservação, reposição e uso múltiplo; fortalecimento das funções reguladoras, da fiscalização, do controle e da aplicação da legislação ambiental; programa nacional de educação ambiental. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 12)

Observa-se a continuidade na defesa do desenvolvimento sustentável e da proposta inovadora de educação ambiental. Além disso, a lida com o meio ambiente acaba sendo incorporada nos demais cadernos componentes do plano, com destaque para uma defesa da reforma agrária e da criação de um plano de política urbana integrado à política ambiental. O orçamento participativo aparece nas propostas como

uma forma de garantir a participação da sociedade civil nos processos decisórios, uma prática que estava sendo implementada em gestões municipais do PT. No geral, a proposta de 94 para 98 se modifica apenas no campo da atenção destinada à crítica da conjuntura socioambiental, sendo observada a manutenção da estratégia desenvolvimentista.

Para o ano de 2002, o plano traz, pela primeira vez, o conceito de justiça ambiental que carregou a ideia de acesso justo e equitativo aos recursos naturais. A qualidade ambiental é abordada enquanto uma oportunidade de garantia de inclusão por meio de três estratégias principais:

(a) adoção de critérios socioambientais de sustentabilidade para as políticas públicas, fortalecendo os sistemas nacionais de meio ambiente, recursos hídricos e defesa do consumidor; (b) estabelecimento de metas de melhoria dos indicadores socioambientais – desmatamento, focos de calor, emissão de CO₂ e CFC, esgotamento e tratamento sanitário, abastecimento de água, controle de vetores, resíduos sólidos, qualidade do ar, acesso aos bens naturais, consumo de energia, tecnologias limpas; (c) controle social por meio da participação popular, da educação e da informação ambientais, e da valorização das iniciativas da população e da sociedade civil organizada. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 14)

Para além disso, todo um capítulo denominado “infraestrutura e desenvolvimento sustentável” buscou conectar ainda mais as teses desenvolvimentistas ao trato do meio ambiente. Ao falar especificamente de políticas ambientais, o plano de 2002 é mais aprofundado que os anteriores na discussão sobre os recursos hídricos e energéticos no país, propondo a diversificação da matriz energética e o uso racional da água — abordada enquanto um bem de domínio público limitado, que possui valor econômico e que deve ter uso mais preservacionista. No sentido da acessibilidade, a distribuição mais eficaz desses recursos também é colocada em pauta, principalmente a questão hídrica associada a questões de saúde e saneamento básico. São sugeridas medidas para ampliação do acesso pela população por meio do fortalecimento da gestão dos recursos hídricos, o qual ocasionaria também a redução da poluição.

No programa também consta uma importante crítica às teorias desenvolvimentistas: “Nosso governo manterá distância tanto do velho nacional-desenvolvimentismo das décadas de 1950, 1960 e 1970 quanto do novo liberalismo que marcou os anos 90” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 52). Isso porque, ao apresentar as diretrizes que vão diferenciar a proposta em questão do que

já foi feito anteriormente, as ideias de sustentabilidade e inclusão social são partes centrais.

Essas ideias se mantêm na campanha de reeleição de Lula em 2006, quando o plano defende que:

Caberá ao segundo mandato avançar mais aceleradamente no rumo desse novo ciclo de desenvolvimento. Um desenvolvimento de longa duração, com redução das desigualdades sociais e regionais, respeito ao meio ambiente e à nossa diversidade cultural, emprego e bem-estar social, controle da inflação, ênfase na educação, democracia e garantia dos Direitos Humanos, presença soberana no mundo e forte integração continental. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p.7).

As propostas específicas do documento de 2006 envolvem: medidas para a redução do desmatamento nos biomas — baseadas em índices do próprio período de governo Lula; incentivos fiscais ao uso de tecnologias limpas que contribuíssem para a redução da poluição; continuidade nos processos de adequação ambiental de políticas de desenvolvimento, de projetos de infraestrutura, além do avanço das políticas de uso sustentável da biodiversidade e dos serviços ambientais; o estabelecimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos; e a expansão das ações de educação ambiental, uma proposta surgida anteriormente, mas que aparece nesse momento pela sugestão de campanhas de consumo sustentável e economia de energia, de certo modo, pautadas numa responsabilidade individual no uso dos recursos.

Em comparação com os outros Planos de Governo, o de 2006 traz menor integração entre a temática ambiental e outras áreas em que a tratativa ecológica seria um processo importante. É possível mencionar a questão energética, antes trazida justamente no contexto do meio ambiente, mas agora abordada como uma oportunidade de mercado a ser consolidada por meio do fomento governamental e do incentivo à exploração de fontes alternativas objetivando a independência numa perspectiva econômica e político-internacional. Os biocombustíveis são pontuados na mesma lógica de mercado e, em geral, as motivações ecológicas para as propostas do tópico de energia não são abordadas. A questão agrária — e, aqui, a lida com os povos tradicionais pode ser incluída — nos primeiros Planos de Governo proporcionou o espaço à gestação do debate ambiental, mas não recebe profundidade de análise ecológica no Plano de 2006, num momento em que, em contrapartida, a agroecologia já era um debate consolidado no MST.

O Plano de Governo de 2010, ano em que Dilma Rousseff se candidata pela primeira vez, não apresenta muitas propostas diferentes do que já havia sido trazido anteriormente, o que se deve à estratégia estabelecida de continuidade, demonstrando os ganhos e feitos dos governos petistas anteriores. A exceção, que vale ser mencionada, é a primeira abordagem da agroecologia em Plano de Governo do PT, ainda que rápida e sem aprofundar sua importância política: “os trabalhos de zoneamento agroecológico, de recuperação de terras degradadas e de implementação de projetos de manejo florestal também serão aprofundados” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2010, p.11). Já o plano de 2014 traz como componente de diferenciação uma maior adesão às resoluções internacionais sobre o meio ambiente e, diante delas, um maior engajamento no processo de negociação visando que os interesses brasileiros sejam contemplados no estabelecimento de parâmetros globais. Nesse sentido, a economia de baixo carbono é um conceito abordado de forma inédita no plano, mas condizente com a estratégia pretendida.

Em 2018, a chapa de Fernando Haddad (PT) e Manuela D’ávila (PCdoB) enfrentou desafios diferentes dos anos anteriores. Após o golpe institucional em Dilma Rousseff e as contrarreformas desenvolvidas no Governo Temer, o projeto de governo pautado precisaria politizar o debate com a população — inclusive considerando as resoluções aprovadas no 6º Congresso do PT —, denunciando o retrocesso, sem que isso comprometesse a relação com os setores do mercado tanto em função da estratégia de conciliação adotada ao longo dos anos quanto pela ameaça de Bolsonaro, cuja proposta política já atendia inteiramente às classes dominantes. Além disso, a prisão de Lula e o crescimento do antipetismo tornariam o processo ainda mais difícil para os dois objetivos pretendidos. A liderança petista, de caráter amplamente carismático, carregava a maestria do diálogo com os diversos setores da sociedade e, dessa vez, não poderia concorrer ou mesmo participar da campanha política. O PT teria de lidar com as consequências do processo de personalismo construído ao longo dos anos à frente do Governo Federal.

Nesse sentido, o plano de governo de 2018 apresenta a postura mais complexa e por vezes contraditória até então no campo da temática ambiental. Assim como nos outros documentos, a proposta se apoia na ideia de desenvolvimento sustentável, porém aborda, pela primeira vez, o conceito de “transição ecológica”, que fica centrado

em 6 tópicos principais: economia de baixo impacto ambiental e alto valor agregado; promoção do direito humano à água e ao saneamento; viver bem nas cidades; viver bem no campo; desmatamento zero, proteção da sociobiodiversidade e o papel da amazônia na transição ecológica; e, por fim, uma nova governança para a transição ecológica. Ao introduzir a temática, diferentemente dos momentos em que o PT buscava se manter no executivo federal, o Plano de Governo faz uma breve leitura da conjuntura nacional:

Com os governos Lula e Dilma, o Brasil teve crescimento econômico inclusivo, com redução do desmatamento e das emissões de gases do efeito estufa (GEE). O governo ilegítimo introduziu medidas e reformas que colocam os custos da crise sobre os mais pobres e que liberam a exploração desenfreada da nossa vasta riqueza natural, inclusive vendendo nossas terras e ativos ambientais aos estrangeiros. Com Temer, o meio ambiente e os povos do campo, das florestas e das águas são tratados como moeda de barganha política, ao flexibilizar licenciamento ambiental, suspender demarcação de terras indígenas, reduzir as unidades de conservação, facilitar a grilagem, dentre outros tantos retrocessos. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2018, p.48)

Nesse contexto, a transição ecológica viria associada a questões estruturais do país, aliando-se à inovação verde como uma forma de acelerar a economia e promover o crescimento de forma inclusiva. Ainda que essa ideia seja uma derivação das propostas pretendidas anteriormente, ela é ousada ao considerar que mudanças na estrutura produtiva, como a incorporação de práticas agroecológicas e de baixo carbono, poderiam caminhar juntas com o investimento na economia urbana e rural. Em outras palavras, enquanto os outros planos parecem entender a indisposição da matriz econômica brasileira em aderir a propostas estruturais, por isso se concentrando em propor medidas de fiscalização, readequação, incentivo a novos mercados, e principalmente políticas de preservação e acesso, o plano de governo de 2018 aposta numa “mudança na matriz produtiva liderada pela adoção de tecnologias verdes modernas, flexíveis e inteligentes, capazes de responder às crescentes demandas por sustentabilidade e inovação” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2018, p.49).

Quanto a isso, existem dois pontos: um para refletir sobre essa posição e outro para criticá-la. No campo da reflexão, é válido lembrar que o Brasil é um país conservador, em especial nas suas bases econômicas — centradas na exportação de *commodities*, no agronegócio e na indústria automotiva — o que levanta a questão de que a burguesia não vê benefícios em transicionar rumo a um desenvolvimento

sustentável. No campo da crítica, propor a incorporação de práticas tradicionais e agroecológicas ao mercado é um processo de violência contra as tentativas de resistência ao modelo produtivo hegemônico. Ao mesmo tempo em que o projeto visa garantir políticas para o agronegócio, de segurança ao produtor rural, diz também que pretende uma transição para o modelo produtivo de base agroecológica. Existe uma contradição intrínseca às propostas, que parecem partir de uma leitura incorreta de que a preocupação com o meio ambiente é algo compartilhado pelas classes quando, na verdade, a busca por um horizonte socioambientalmente justo é um desafio central da própria luta de classes.

Em 2022, após 4 anos do governo Bolsonaro, período em que a pandemia do covid-19 foi utilizada como cortina de fumaça para promover um retrocesso ainda maior na lida com o meio ambiente²⁰, propor uma agenda ambiental minimamente coerente não seria difícil, até mesmo pelos acúmulos anteriores do PT. Esses acúmulos são visíveis na proposta de 2022, que mantém a linha de desenvolvimento sustentável e que pode resumida pelo décimo compromisso adotado:

Temos compromisso com a sustentabilidade social, ambiental, econômica e com o enfrentamento das mudanças climáticas. Isso requer cuidar de nossas riquezas naturais, produzir e consumir de forma sustentável e mudar o padrão de produção e consumo de energia no país, participando do esforço mundial para combater a crise climática. Somaremos esforços na construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis e no avanço da transição ecológica e energética para garantir o futuro do planeta, apoiando o surgimento de uma economia verde inclusiva, baseada na conservação, na restauração e no uso sustentável da biodiversidade de todos os biomas brasileiros. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2022, p. 10)

Aqui, o compromisso com o combate à crise climática é colocado numa perspectiva de um esforço mundial e a transição ecológica seria voltada para o surgimento da economia verde inclusiva, ao invés de uma mudança estrutural. Ou seja, houve uma maior preocupação com o formato do discurso para agradar certos setores da sociedade.

Em linhas gerais, a trajetória do PT com o meio ambiente coincide com as mudanças internas na estratégia do partido que levaram a uma maior adesão aos conceitos hegemônicos. Ainda que os planos de governo não demonstrem de fato

²⁰ G1, Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19, 22 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: ago. 2024

como a política ambiental foi executada, eles ocupam um papel importante ao apresentarem o que o Partido deseja comunicar com sua proposta de projeto. Como foi possível notar, a relação do PT com o meio ambiente começa com críticas fortes ao modelo produtivo e o seu impacto na natureza e na vida dos trabalhadores — proporcionando inclusive o espaço para a articulação de tendências ecossocialistas —, mas, à medida que as ideias desenvolvimentistas retornam ao horizonte, a pauta ecológica não é mais tratada com radicalidade e crítica ao capitalismo. Sendo assim, os esforços são concentrados na incorporação de uma agenda internacional de sustentabilidade, de forma a não afetar os interesses das classes dominantes ou, em caso de afetar, oferecer contrapartidas para maior aceitação.

6. Diagnóstico

Finalizada a parte expositiva, o trabalho agora se volta para um momento de análise, que será desenvolvida a partir dos questionamentos realizados na introdução.

De que forma o MST impactou e foi impactado pelo PT em termos de estratégias de articulação e leituras de conjuntura?

No contexto do surgimento do MST e do PT, as organizações eram bastante próximas, de modo que a relação se dava não apenas por um impacto mútuo, mas por uma articulação conjunta, com as pastorais atuando como importantes catalisadoras do processo. Por um lado, as direções programáticas do PT eram construídas em conjunto com os movimentos populares, como as centrais sindicais rurais e urbanas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, objetivando o fortalecimento de um partido de massas. Por outro, o MST buscava fortalecer suas alianças institucionais para promover o projeto de reforma agrária enquanto uma demanda da classe trabalhadora. Nesse sentido, as percepções sobre o avanço do capitalismo no Brasil, os problemas da questão agrária e as discussões sobre meio ambiente estavam interligadas e havia consenso em torno da estratégia de articulação e enfrentamento da realidade: o socialismo.

À medida que o PT começou a flexibilizar seu programa, diante da incapacidade de enfrentar o avanço neoliberal, houve uma certa insatisfação demonstrada pelo MST. Nesse momento, as leituras de conjuntura começaram a se diferenciar e a estratégia de articulação ainda mais: enquanto o Movimento mantinha

e fortalecia uma posição de construção política por meio do diálogo ininterrupto com as demandas da classe trabalhadora, o PT abria mão de um projeto de poder classista que perpassasse por esse diálogo e investia em um projeto de disputa de governo, centrado em momentos eleitorais. Ainda assim, o movimento via o apoio ao partido como benéfico para seus objetivos, ou pelo menos para garantir um cenário institucional diferente do que já havia sido experienciado, por exemplo, no governo FHC.

Com o primeiro mandato de Lula, o MST fortaleceu sua estratégia de ocupação, reivindicando a desapropriação de terras improdutivas para um governo que estabeleceu metas em relação à reforma agrária. Por outro lado, o PT passou a ser alvo de ataques devido à sua aproximação com o MST, tanto da mídia quanto da sociedade política, e reagiu recuando na proposta de democratização da terra em detrimento do acordo com sua base. Ao invés de as investidas da institucionalidade contra seus aliados imobilizarem a ação política do MST, notou-se que a decepção com os mandatos petistas reforçou no movimento a perspectiva de que apenas a organização dos trabalhadores pode mudar a realidade social.

Nas tratativas com o meio ambiente, o movimento e o partido também trilharam caminhos diferentes: enquanto o MST buscou politizar e incorporar o debate ecológico em sua agenda, fortalecendo a crítica ao capitalismo, a propriedade privada e compreendendo a interseção entre a questão agrária e a questão socioambiental, o PT se agarrou à narrativa hegemônica de desenvolvimento sustentável, muito atrelada à economia e ao preservacionismo, demonstrando negligência para com as questões estruturais relacionadas ao ambientalismo e ao uso das forças produtivas. O debate agroecológico, embora de forma demorada, foi introduzido no programa do PT — mérito do MST, que é referência em agroecologia e impactou a agenda petista com suas contribuições. Em 2023, foram estabelecidas medidas no Governo Lula para fortalecimento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica²¹. Porém, os avanços são minúsculos em comparação aos passos dados em direção a conciliação de classes. Em novembro do mesmo ano, o PL do Veneno (Projeto de Lei 1.459/2022) foi aprovado em votação simbólica no Senado Federal, com aval dos senadores do

²¹ TORRES, Raquel. Agroecologia: os desafios para fazer valer uma política nacional. 06 jul. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/07/06/agroecologia-os-desafios-para-fazer-valer-uma-politica-nacional/>. Acesso em: ago. 2023.

PT que fizeram negociações com a bancada ruralista em troca do voto favorável ao Projeto.²² Em entrevista concedida em junho de 2024, Stédile, importante liderança do MST, apontou que o governo está aquém da expectativa do movimento e de toda a classe trabalhadora:

Já perdi a paciência de ouvir ministro dizer que não há incompatibilidade entre a agricultura familiar e o agronegócio. O agronegócio usando agrotóxico é incompatível com o vizinho de dez hectares que não usa, porque ele vai contaminar, vai matar a biodiversidade²³

Apesar do crescimento das divergências programáticas, o MST continuou fortalecendo o PT, mas não deixou de criticar o processo de conciliação com o capital. É, inclusive, a visão tática do movimento sobre o partido que pode ter levado à estratégia de lançamento de candidaturas do MST por meio da legenda do PT. Além da relação histórica entre as organizações, a decisão de se candidatar pelo PT pode partir de dois lugares: primeiro, da compreensão de que o partido possui recursos para proporcionar uma estrutura importante para a vitória em processos eleitorais; mas, principalmente, da insatisfação do MST com uma representação institucional por via única partidária. Os candidatos dos Sem-Terra, embora vinculados ao PT, têm um compromisso maior com os objetivos do movimento, ao qual pertencem e que ajudaram a construir ao longo de suas vidas. Com essa estratégia, o MST busca evitar a repetição do processo de concessões aos interesses da classe dominante que políticos petistas demonstraram ao longo do tempo.

Ainda é cedo para dizer de que modo a inserção direta na institucionalidade afetará o movimento. No entanto, a história do MST demonstra que as instituições muitas vezes representaram inimigas diretas na luta pela reforma agrária, independentemente do espaço que os aliados ocuparam nelas. Mais recentemente, a CPI do MST de 2023 insistiu em tentativas de criminalizar o movimento, algo que já havia ocorrido indiretamente no ano de 2005, na chamada “CPI da Terra”. E, impactado pela inclinação neoliberal do PT diante da burocracia do Estado, o MST se articula para fazer diferente.

²² BORGES, André. PL do Veneno: como projeto aprovado no Senado virou moeda de troca entre governo e ruralistas. 05 dez. 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/12/pl-do-veneno-aprovado-senado-governo-oposicao/>

²³ MERLINO, Tatiane. “O governo não está fazendo nada na Reforma Agrária. É uma vergonha”. 06 jun. 2024. Disponível em <https://mst.org.br/2024/06/06/o-governo-nao-esta-fazendo-nada-na-reforma-agraria-e-uma-vergonha/>

O diálogo que os militantes da luta socioambiental historicamente demonstraram com o partido se traduziu em avanços concretos na pauta ecológica, do ponto de vista ecossocialista?

Para responder a essa pergunta, vale ressaltar aspectos importantes que compõem a perspectiva ecossocialista. Gustavo Seferian, no artigo “Ecossocialismo e humanismo” publicado em 2021 pela revista “Germinal: marxismo e educação em debate”, busca reunir esforços de sistematização e definição do ecossocialismo. Para isso, são expostos elementos principais de caracterização teórico-práticos; são ressaltadas as bases ecossocialistas formadas por um humanismo naturalista despontado da obra de Marx; e é distanciado, pelas suas próprias linhas estruturantes, ecossocialismo de outras correntes ecológicas de caráter anti-humanista (SEFERIAN, 2021).

No processo, com base em proposições de Michael Löwy, o autor aponta que a alternativa civilizacional ecossocialista se contrasta tanto ao modo de vida do capitalismo pautado pela mercadoria quanto às experiências socialistas baseadas no produtivismo e na industrialização, responsáveis por notórios desastres ecológicos. Não obstante, ao citar experiências políticas que promovem a dissonância entre a existência humana e o restante da vida no planeta, Seferian enfatiza “aquilo que se convencionou tratar por ‘progressismo’ latino-americano (SANTOS, 2018; LEITE, UEMURA, SIQUEIRA, 2018)” (SEFERIAN, 2021, p. 519).

Para avaliar se o Partido dos Trabalhadores propôs algum avanço na pauta ecológica, ao dialogar com os precursores da luta socioambiental, a abordagem do progressismo latino-americano na diferenciação da prática ecossocialista é de extrema importância. Seferian (2021, p.519) defende que:

Ainda que tais experiências não tenham se colocado como efetivamente precursoras de uma guinada sistêmica na ordem produtiva capitalista, sinalizaram uma alternativa de gestão dos interesses do capital que em suas diferenças comporta algum grau de coesão, a ponto de possamos equacioná-las dentro de registros comuns. Pautadas em uma perspectiva de crescimento econômico – que nada mais foi do que o crescimento capitalista sobre os diversos modos de vida existentes no continente – e distribuição de tímida parcela da riqueza social a seguimentos mais pauperizados, os governos de Hugo Chavez, na Venezuela, Rafael Correa, no Equador, Evo Morales, na Bolívia, e Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef no Brasil não romperam com a dependência das economias nacionais para com o extrativismo (de hidrocarbonetos, mineral, vegetal, animal e agropecuário), este permanentemente acompanhado pela dimensão de violência para com o trabalho e a natureza que lhe são inerentes.

Importantes contradições são apontadas a partir dessa crítica — que não tiveram o merecido espaço nas discussões anteriores do trabalho. Houve a celebração da descoberta do pré-sal no Brasil, cujos frutos supostamente subsidiaram políticas sociais, porém foram revertidos ao mercado, sob o pretexto da possibilidade de desenvolvimento social por meio da geração de riqueza. Simultaneamente, sob o mesmo pretexto, os projetos das grandes hidrelétricas de Belo Monte e Jirau causavam impactos socioambientais graves e irreversíveis, além de promoverem conflitos com os povos tradicionais.

Ao longo dos planos de governo abordados neste trabalho, vimos aumentar a contradição da defesa de um desenvolvimento sustentável no pensamento petista. No processo de diálogo com o movimento socioambiental, o programa político do PT busca incorporar elementos ambientalistas, mas sem comprometer o seu horizonte desenvolvimentista e, portanto, sem criticar o modelo de uso das forças produtivas do capitalismo. A estratégia estabelecida em muito se assemelha ao discurso internacionalista da lida com questões ecológicas, sem reconhecer o papel desse discurso de manutenção da hegemonia burguesa, ou mesmo os impactos desiguais que ele promove ao sul global. Sendo assim, é possível avaliar que, pela perspectiva ecossocialista, o Partido dos Trabalhadores não proporcionou avanços concretos na luta socioambiental. Nas palavras de Seferian (2021, p. 520): “é emblemático nesse sentido, a sinalizar, dentre os diversos descaminhos de um possível capitalismo verde, que são todos eles insustentáveis”.

Diante das tensões institucionais, o PT cedeu à pressão hegemônica para relativizar pautas de extrema urgência, relacionadas à temática socioambiental, no intuito de conquistar quantidades mais expressivas de votos?

Pelo levantamento realizado no trabalho, a inserção do pensamento hegemônico no PT se deu muito mais por um processo de negligência na construção de um programa político que debatesse as condições estruturais do avanço do capitalismo no Brasil com a classe trabalhadora do que por um desejo específico de angariar poder no espaço institucional — ainda que esse aspecto tenha aparecido posteriormente. A combinação de fatores como o método de aprovação de resoluções internas do Partido, a desvalorização de análises profundas da realidade pelas lentes do materialismo histórico-dialético e a dificuldade em enfrentar de forma teórico-

prática as investidas do neoliberalismo (POMAR, 2005) ocasionaram uma lacuna no projeto político do PT na qual a hegemonia burguesa conseguiu se inserir com mais facilidade.

Como consequência desse cenário, houve a descaracterização do programa democrático popular, retirando-o do seio da construção do socialismo e direcionando-o para um projeto governista de ocupação de cargos institucionais. A partir daí, sim, o PT cedeu em vários momentos à pressão da hegemonia burguesa, expressa na mídia e na sociedade política tradicional, como uma forma de manter a estabilidade do seu poder — esforços destinados em vão, como demonstra a história do Golpe de 2014, quando a vitória eleitoral não necessariamente esteve ligada à estabilidade política. Paralelamente a esse processo, o PT adere à estratégia de desenvolvimento sustentável — também uma consequência da negligência na construção de um programa político sólido —, de modo que a opção por relativizar pautas socioambientais de extrema urgência, como a demarcação de terras indígenas ou mesmo a realização da reforma agrária, é condizente com o modelo adotado, no qual os interesses do Capital ainda estão acima das demandas sociais e ecológicas.

De maneira linear, pode-se dizer que: o pensamento hegemônico é incutido no Partido dos Trabalhadores por falhas de estratégia; cresce a defesa do desenvolvimentismo e, com avanço do debate ambiental, a sustentabilidade é incorporada na proposta; ambos os processos têm por consequência a conciliação de classes como método principal de intervenção em conflitos; o peso dos interesses da burguesia sempre é maior nessa tentativa de mediação; buscando a estabilidade política, ou mesmo a negociação de contrapartidas, o PT cede, também porque acredita que o desenvolvimento econômico é a chave para avanços sociais e ambientais; conseqüentemente, pautas de extrema urgência na agenda ecológica são colocadas em xeque, como é o caso do PL do Veneno. Decisões como essas carregam muita contradição por parte do Partido, e parecem partir muito mais de um campo ideológico do fazer político em que os petistas acreditam do que de uma busca específica por uma maior expressividade eleitoral.

Enquanto a hegemonia permeia estruturas institucionais, como a relação entre partidos e movimentos pode acontecer sem que os agentes envolvidos percam a sua identidade?

Como mencionado diversas vezes, o PT perdeu sua identidade ao não desenvolver mecanismos de lida com as contradições do desenvolvimento capitalista, expressos no avanço neoliberal. A relação com a institucionalidade impulsionou esse processo de abandono do horizonte socialista e fortaleceu o engajamento na gestão do Estado Democrático como forma de garantir direitos sociais. O MST, por outro lado, demonstrou uma disposição em manter a organização de sua militância em torno de uma narrativa de reivindicação da reforma agrária e do anticapitalismo, construída democraticamente pela base. A aliança com o Partido, o qual passou a ocupar ao longo da história cargos de extrema importância na institucionalidade, não fez com que o MST deixasse de perceber que é na articulação da classe trabalhadora que a verdadeira mudança da realidade social acontece. O que está na estrutura burguesa deve ser disputado estrategicamente, reconhecidas as limitações, sem que a verdadeira batalha, da luta de classes, fique esquecida.

Dessa forma, a relação entre partidos e movimentos sociais na luta contra-hegemônica deve ser construída de forma democrática, pela base, sem abrir mão das lentes do materialismo histórico dialético para construir uma percepção da sociedade capitalista e, com ela, uma estratégia de ação e intervenção independente dos mecanismos institucionais burgueses e objetivando a revolução social.

7. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, buscamos compreender a complexa relação entre partidos políticos e movimentos sociais no Brasil, com foco nas dinâmicas entre o Partido dos Trabalhadores e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O tema escolhido se motivou pela observação das contradições presentes na relação entre Sociedade Política e Sociedade Civil no Estado Contemporâneo, com enfoque na temática socioambiental e a captura da pauta pelo pensamento hegemônico burguês. Sendo assim, a exposição do trabalho buscou responder quatro perguntas principais envolvendo as organizações escolhidas, a inserção na institucionalidade e, principalmente, a ecologia numa perspectiva ecossocialista: (i) De que forma o MST impactou e foi impactado pelo PT em termos de estratégias de articulação e leituras de conjuntura? (ii) O diálogo que os militantes da luta socioambiental historicamente demonstraram com o partido se traduziu em avanços concretos na pauta ecológica, do ponto de vista ecossocialista? (iii) Diante das tensões institucionais, o PT cedeu à pressão hegemônica para relativizar pautas de extrema urgência, relacionadas à temática socioambiental, no intuito de conquistar quantidades mais expressivas de votos? (iv) Como a relação entre partidos políticos e movimentos pode acontecer sem que os agentes percam sua identidade?

Primeiramente, a concepção teórico-prática ecossocialista foi apresentada, oferecendo importantes elementos de análise da realidade social que defendem, por meio do materialismo histórico dialético e das concepções marxianas, uma transformação profunda nas estruturas de produção e nas relações sociais para respeitar o equilíbrio ecológico e a saúde dos trabalhadores. O ecossocialismo posiciona o debate sobre o meio ambiente no centro da luta contra o capital, propondo reflexões importantes sobre construir um novo modelo de vida “pautado na harmonia entre o metabolismo social humano e o restante da natureza” (SEFERIAN, 2021, p.520). Dessa forma, a abordagem crítica ecossocialista se diferencia tanto do capitalismo, seja nos moldes tradicionais, seja nas suas alternativas sustentáveis, quanto do socialismo produtivista, que não propõe o rompimento com a lógica burguesa de exploração e desenvolvimento. O MST, com a luta pela reforma agrária e agroecologia, reflete princípios importantes aliados ao ecossocialismo. Por outro lado, o PT, que inicialmente aderiu ao ecossocialismo, tem enfrentado pressões que

o afastaram dessas ideias. Nesse sentido, o ecossocialismo forneceu lentes críticas essenciais para analisar como as pressões políticas podem desviar partidos de suas propostas originais e impactar sua relação com movimentos sociais.

Desenvolvida a metodologia, tratamos da perspectiva geral de interação entre partidos políticos e movimentos sociais no Brasil. Foi destacado como ponto de partida o processo de redemocratização, destacando a influência da Constituição de 1988 na participação popular e a reestruturação partidária. A análise iniciou-se com a ditadura militar e o surgimento de partidos no período de abertura política, seguiu pela emergência de uma nova Constituição que buscava integrar a sociedade civil nos processos políticos, e destacou como consequência disso a institucionalização da participação social. Apesar das expectativas criadas pela inclusão dos movimentos sociais na elaboração da Constituição, a prática revelou uma tendência dos partidos de esquerda a se distanciarem das demandas populares à medida que se inserem nas instituições do Estado, evidenciada pelo aparelhamento e pela dificuldade em promover transformações significativas. Foi possível citar exemplos, como o do PCdoB e do PDT, de instrumentalização das demandas dos movimentos populares em processo de crescimento e consolidação dos partidos.

Finalizado o contexto geral, adentramos nos objetos da pesquisa: o MST e o PT. Notou-se que o movimento, ao longo de sua história, foi resiliente na manutenção de sua agenda de reforma agrária e justiça social, mesmo diante das pressões institucionais e políticas. No âmbito da luta socioambiental, o MST manteve constante evolução da lida com a pauta, incorporando em suas estratégias de ação elementos importantes de enfrentamento à agenda ambiental hegemônica, como a agroecologia. A aliança com o PT, embora tenha proporcionado visibilidade e alguns avanços, foi repleta de desafios, causados principalmente pela dificuldade do Partido em preservar a sua autonomia e objetivos anticapitalistas. Ainda assim, o movimento manteve o apoio tático ao PT, compreendendo que o lugar da institucionalidade não comporta as mudanças pretendidas na realidade social, mas é um espaço importante de disputa para melhorias do cotidiano da luta contra o capitalismo.

No âmbito do PT, a análise revelou que, embora o partido tenha inicialmente surgido pelo compromisso com as causas populares, com a justiça social e com a construção do socialismo, sua trajetória demonstrou contradições significativas entre

o discurso e a prática — causadas principalmente pelas dificuldades em enfrentar as dinâmicas do Capital. As decisões políticas tomadas durante os governos petistas, muitas vezes influenciadas por uma lógica de governabilidade e alianças estratégicas, acabaram por enfraquecer ainda mais a identidade original de esquerda do PT e seu compromisso com um projeto de transformação social. A adesão ao discurso desenvolvimentista se fez visível nas questões pertinentes ao debate socioambiental e, diferentemente do MST, o Partido não demonstrou esforços para perceber a conexão indissociável dos problemas ecológicos com o desenvolvimento das forças produtivas nos moldes do sistema capitalista. Com isso, agarrou-se às narrativas hegemônicas sobre sustentabilidade, apostando em estratégias para o Brasil que são alheias à materialidade da conjuntura no país.

É evidente que a relação entre partidos políticos e movimentos sociais no Brasil apresenta um campo de tensões, proposições e aprendizagens mútuas. O PT, em sua busca por sustentar um projeto de governo, acabou por flexibilizar seu programa em várias frentes, inclusive na pauta socioambiental, em detrimento de um enfrentamento mais contundente ao neoliberalismo. Isso resultou na perda de parte de sua identidade socialista original e na adoção de compromissos que nem sempre refletiram as demandas da classe trabalhadora. Em contraste, o MST se destacou pela resiliência em suas reivindicações e estratégias de ação, incorporando uma abordagem que alia a reforma agrária à agroecologia frente à crise ambiental vivenciada, fortalecendo assim a crítica ao sistema capitalista. Mesmo se colocando em espaços institucionais, o movimento não comprometeu a essência de sua luta.

Dessa forma, a relação entre o PT e o MST exemplifica a complexidade das interações entre partidos e movimentos sociais em um contexto de hegemonia burguesa e desafios socioambientais. Para que essa relação seja verdadeiramente transformadora, é fundamental que as organizações mantenham uma construção democrática pela base, evitando a diluição de suas pautas em troca de ganhos imediatos. O debate socioambiental precisa ser central na agenda política, reconhecendo a conexão indissociável entre questões ecológicas e a luta contra o capitalismo. O desafio reside em preservar a autonomia e o foco nas demandas sociais enquanto se busca uma inserção estratégica nas instituições do Estado. Em última análise, é essa capacidade de articular a luta institucional com a mobilização

social — entre tensões e proposições — que poderá impulsionar mudanças significativas na sociedade brasileira, aproximando-se do horizonte ecossocialista e da construção de uma realidade mais justa, humana e ecologicamente equilibrada.

8. Referências

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedad civil y hegemonía*. La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana, 2002.

ALENCAR, Álvaro; BATISTA, Gabriela; BATISTA, Pedro Ivo. A DS e o ecossocialismo. *Jornal DS* – 22, 2007. Disponível em: <https://democraciasocialista.org.br/a-ds-e-o-ecossocialismo/> Acesso em: ago. 2024.

BARROS, Antonio Teixeira de. A esquerda verde: partidos políticos e ambientalismo radical no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 503-540, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/GTcw6PZDkJZqV8zFqfFMCRp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: out. 2023

_____. Ambientalistas acidentais: a adesão dos partidos políticos brasileiros ao liberalismo verde. *colomb.int.* [online]. 2018, n.94, pp.111-141. ISSN 0121-5612. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/colombaint94.2018.05> . Acesso em: jul. 2021

BODART, Cristiano das Neves. *Atuação dos partidos políticos e dos movimentos sociais na construção e manutenção de um espaço institucionalizado de participação social*. 2016. [Tese de Doutorado] — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04082016-162239/publico/2016_CristianoDasNevesBodart_VCorr.pdf Acesso em: out. 2023.

BODART, Cristiano das Neves (Entrevistador). Entrevista com VIANA, Nildo. *Movimentos Sociais, Partidos Políticos e Ações Coletivas*. *Revista Café com Sociologia*, v. 3, n. 3, p. 230-247, set./dez. 2014. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/395/pdf> Acesso em: jul. 2024

BODART, Cristiano das Neves (Entrevistador). Entrevista com PIRES, Valdemir. *Questões da política brasileira contemporânea*. *Revista Café com Sociologia*, v. 4, n. 1, p. 282-288, jan./abr. 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04082016-162239/publico/2016_CristianoDasNevesBodart_VCorr.pdf Acesso em: jul. 2024

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf . Acesso em: out. 2023

CIANDRINI, Fernanda. A natureza do/no MST. 2010. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande, 2010. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/2585/Fernanda%20Ciandrini%20de%20Mendon%c3%a7a.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: jul. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. Disponível em: <https://mst.org.br/download/a-formacao-do-mst-no-brasil/?wpdmdl=214507&masterkey=5f456edf3b93a> Acesso em:

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; ALVES, Sarkis (org.). O PT e a Questão Agrária no Brasil . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. Disponível em: https://fpabramo.org.br/CSBH/wp-content/uploads/sites/3/2019/07/Perseu_17.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

GOMES, ngela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 175-236.
UNIDADE POPULAR. Apresentação. Disponível em: <https://www.unidadepopular.org.br/apresentacao/> Acesso em: jul. 2024.

HABERMAS, J. Teoria e práxis. São Paulo: Unesp, 2013.

INTERNATIONAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Mudança Climática 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade. [S.l.], 2014. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/IPCC_mudanca2.pdf . Acesso em: [data de acesso].

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. São Paulo, n. 57, out. 1986. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=478> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 77, out. 1988. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=682> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 140 set. 1994. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=1439> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 163, out-nov. 1996. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=3380> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 176, fev. 1998. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=3635> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 177, mar. 1998. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=3654> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 178, abr. 1998. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=3674> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 179, mai-jun. 1998. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=3694> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 180, jul. 1998. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=3714> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 181, ago. 1998. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=3734> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 182, set. 1998. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=3754> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 183, out. 1998. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=3774> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 184, nov. 1998. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=3794> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 185, dez. 1998. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=3814> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 205, nov. 2000. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=4235> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 225, nov. 2002. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=4556> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 245, nov. 2004. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=4873> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 266, set-out 2006. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=4873> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 307, set-out 2010. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2741309121331&pagfis=15752> Acesso em: jul. 2024.

_____. São Paulo, n. 325, jul-ago 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/jornal-sem-terra> Acesso em: jul. 2024.

LÖWY, M.; BETTO, F. Ecosocialismo: perspectivas para a sustentabilidade e a educação ambiental. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 1, n. 1, p. 224-235, jan./jul. 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/17381/9537> Acesso em: mai. 2024

LÖWY, M. Ecosocialismo e planejamento democrático. Socialist Register, 2007. Tradução de Sofia Boito. Revisão de Isabel Loureiro.

LÖWY, Michael. O que é ecosocialismo? São Paulo: Cortez Editora, 2014.

LÖWY, Michael. The war of gods: religion and politics in Latin America. Tradução de Vera Lúcia Mello Josceline. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Editora Expressão Popular, 2016. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/Cristianismo_web.pdf Acesso em: jul. 2024.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução. São Paulo: Expressão popular, 2018

MARQUES, Viviane Bassi dos Reis. Sindicalismo e meio ambiente: a participação da Central Única dos Trabalhadores nas Conferências Eco 92 e Rio +20. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/64e1c569-e9a2-47ee-883f-9c09ef645626> Acesso em: ago, 2024.

MENEZES, Roberto Goulart; KRAYCHETE, Elsa Sousa. Desigualdade global e desenvolvimento. Caderno CRH, Salvador, v. 35, p. 1-7, e022001, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/vgpn8Qcn5JMkkmkyFXS35VD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: out. 2023.

MIZUTANI, Larissa Caetano. A Constituição Cidadã: a representação política diante da participação popular brasileira na Constituinte de 1987-1988. 2020. 306 f., il. Tese (Doutorado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/39774/1/2020_LarissaCaetanoMizutani.pdf Acesso em: mai. 2024

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). et al. Grito da Terra Brasil. Biblioteca da Questão Agrária: 1994. Disponível em:

<https://mst.org.br/download/grito-da-terra-brasil/?wpdmdl=214617&masterkey=5f456edf3b93a> Acesso em: jul. 2024

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Caderno de Cooperação Agrícola Nº 10: O que levar em conta para a organização do assentamento. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, mai. 2001. Disponível em: <https://mst.org.br/download/caderno-de-cooperacao-agricola-no-10-o-que-levar-em-conta-para-a-organizacao-do-assentamento-a-discussao-no-acampamento/?wpdmdl=214759&masterkey=5f456edf3b93a> Acesso em: jul. 2024

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Sistematização de experiências agroecológicas do MST (Volume 1). São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, 2007. Disponível em: <https://mst.org.br/download/sistematizacao-de-experiencias-agroecologicas-do-mst/?wpdmdl=213511&masterkey=5f456edf3b93a> Acesso em: jul. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST.) Cartaz: Nós, do MST, após nossa jornada de 30 anos, assumimos os seguintes compromissos. Brasília: VI Congresso do MST, 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/download/nos-do-mst-apos-a-nossa-jornada-de-30-anos-assumimos-os-seguintes-compromissos/?wpdmdl=214968&masterkey=5f456edf3b93a> Acesso em: jul. 2024

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST.). Cadernos de Agroecologia, Vol.. 1 - Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, 2022. Disponível em: https://mst.org.br/download/cadernos-de-agroecologia-vol-1-plantar-arvores-produzir-alimentos-saudaveis/?wpdmdl=230972&masterkey=euZ_aZs-dlJdlU9lkeA0l_M2x5Sl6XAljtjHJSafTscd49j4Htl2-O5lJwZl_8Bjf8gpmzqaBR9eZn8Syx4hoRIRAbmUZ4Wd71ChNa4unOs Acesso em: jul. 2024

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST.) Cadernos de Formação Nº1 — A organização do Movimento Brasília — Quem é quem na luta pela Terra; Rio Grande do Sul: MST, 1986. Disponível em: <https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-01-organizacao-do-movimento-quem-e-quem-na-luta-pela-terra/?wpdmdl=214776&masterkey=5f456edf3b93a> Acesso em: jul. 2024

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Documento Final do Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Curitiba: Centro de Pastoral Vergueiro, 1985. Disponível em: <https://mst.org.br/download/documento-final-do-primeiro-congresso-nacional-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra/?wpdmdl=214532&masterkey=5f456edf3b93a> Acesso em: jul.. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Caderno de Educação EJA: Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação. Setor de Educação e Setor de Produção, Cooperação e Meio ambiente: Set. 2010. Disponível em: <https://mst.org.br/download/mst-caderno-de-educacao-eja-agroecologia-soberania->

[alimentar-e-cooperacao/?wpdmdl=213487&masterkey=5f456edf3b93a](#) Acesso em: jul. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Caderno de Formação nº 12. São Paulo: MST, mai. 1987. Disponível em: <https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-12-3o-encontro-nacional-nossas-prioridades/?wpdmdl=214671&masterkey=5f456edf3b93a> Acesso em: jul. 2024.

OLIVEIRA, Marília Silva de. Movimentos sociais em interação com partidos políticos: a experiência do movimento ambientalista com o Partido dos Trabalhadores. Opinião Pública, v. 17, n. 1, p. 101-124, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/op/a/crbCmLwkGqdXH84Knk8dSnR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: out. 2023.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. Carta de Lisboa, 1979. Disponível em: <https://pdt.org.br/index.php/carta-de-lisboa-marco-do-trabalhismo-na-redemocratizacao-do-brasil/>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Núcleo de Ecologistas. Manifesto ecossocialista. 1988.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores. Partido dos Trabalhadores, 1980. Disponível em: <https://pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partido-dos-trabalhadores/> Acesso em: ago. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Dossiê VI Congresso Nacional do PT: caderno de resoluções. Resolução, Brasília, 01-03 jun. 2017. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/52?_gl=1*q07u47*_ga*MTAxMjgzMjU1Ny4xNzIzNDxNjUx*_ga_N7FD1N4HJS*MTcyMzY2ODQ3MC4xLjAuMTcyMzY2ODQ3MS4wLjAuMA . Acesso em: ago. 2024

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de governo 1989. São Paulo, 1989. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/28>. Acesso em: ago. 2024

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de governo 1994. São Paulo, 1994. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/26>. Acesso em: ago. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de governo 1998. São Paulo, 1998. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/29>. Acesso em: ago. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de governo 2002. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf>. Acesso em: ago. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de governo 2006. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/31>. Acesso em: ago. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de governo 2010: Os 13 Compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/32> Acesso em: ago. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de governo 2014: Programa Mais Mudança, Mais Futuro. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/33> . Acesso em: ago. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de governo 2018. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/25> Acesso em: ago. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de governo 2018. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2022/06/documento-diretrizes-programaticas-vamos-juntos-pelo-brasil-20.06.22.pdf> Acesso em: ago. 2024.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. A metamorfose: programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005. 2005. Tese (Doutorado em Ciências - História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: http://5c912a4babb9d3d7cce1-6e2107136992060ccfd52e87c213fd32.r10.cf5.rackcdn.com/wp-content/files/A_metamorfose.pdf Acesso em: jul. 2024

ROCHA, Enid. A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. 20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social, Anfip, Brasília, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/a%20constituio%20cidad%20e%20a%20institucionalizao%20dos%20espaos%20de%20participao%20social.pdf

RODRIGUES, Mônica Aparecida Grossi. Politização da questão ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política. 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/download/doutorado-politizacao-da-questao-ambiental-no-mst-a-agroecologia-como-estrategia-produtiva-e-politica/> Acesso: jun. 2024

SADER, Emir (org.). E agora PT? Caráter e Identidade. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

SEFERIAN, Gustavo. Ecosocialismo e humanismo. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 515-534, ago. 2021. ISSN 2175-5604. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/45211/25236>. Acesso em: ago. 2024.

STÉDILE, João Pedro. (org.). A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária – 1946-2003. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://mst.org.br/download/a-questao-agraria-no-brasil-vol-3-programas-de-reforma-agraria-1946-2003/>. Acesso em: jul. 2024

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Editora Expressão Popular, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/44358028_Brava_gente_la_trayectoria_del_MST_y_de_la_lucha_por_la_tierra_en_el_Brasil_Joao_Pedro_Stedile_Bernardo_Mançano_Fernandes Acesso em: jun. 2024

TODT, Marcos Leite de Matos. Partidos de esquerda no Brasil: desenvolvimento alternativo ou alternativas ao desenvolvimento? Rio Grande do Sul: PPG em Ciências Sociais – PUC RS, 2022. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10162>. Acesso em: out. 2023.

TELES, Gabriel. Para uma Análise Marxista dos Movimentos Sociais: contribuições de Karl Jensen e Nildo Viana. Goiás: Revista Despierta 04, v. 4 n. 04, 2017. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rd/article/view/1128/1070> Acesso em: out. 2023.

WANDERLEY, L.E.W. Sociedade Civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 5-30, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7MYnzMSwhmj5twRCD7p4KRj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: out. 2023